

2007

Promover o desenvolvimento e a inclusão social



PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL

1. TRABALHO DECENTE

A ênfase na valorização do trabalho levou a que se defuisse o Trabalho Decente como eixo integrador das atividades relacionadas à economia solidária, qualificação do trabalho e intermediação de mão-de-obra, apoio ao micro e pequeno empreendimento, artesanato e esporte, definindo e realizando suas ações orientadas pela construção do trabalho decente. A promoção do trabalho decente visa não apenas à identificação de meios para geração de ocupação e renda, mas também ao estímulo a que as ocupações se desenvolvam em condições que representem meios efetivos para o alcance de condições dignas de vida.

O Governo do Estado definiu a construção e implementação de uma Agenda do Trabalho Decente como política de Estado na Bahia. Esta decisão tem como consequência integrar ações nas áreas de segurança e saúde no trabalho, qualificação, geração de trabalho e renda, combate à discriminação e busca por oportunidades de trabalho mais equânimes, com liberdade de associação e com abertura à participação e ao diálogo social. Na realidade da Bahia implica, também, o objetivo de erradicação de formas degradantes de trabalho, como o trabalho infantil, o trabalho forçado e outras práticas espúrias.

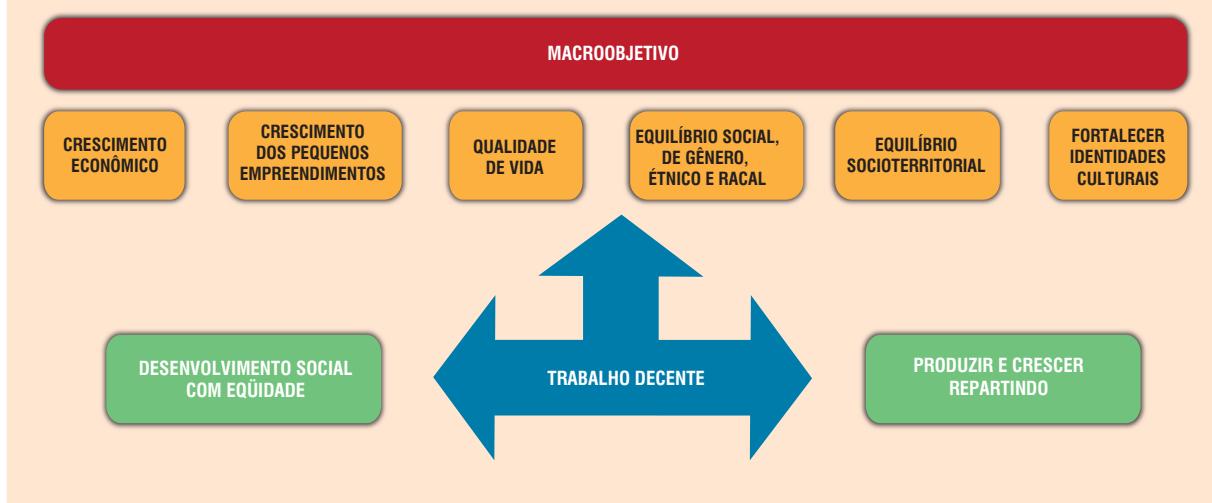
Para se atingir tais objetivos, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente. Sua efetividade nesse projeto está condicionada a uma atenção especial para setores que gerem mais empregos e ao embasamento em mecanismos públicos que permitam melhor distribuição das riquezas e melhor qualidade da ocupação ofertada. Neste sentido, a Agenda do Trabalho Decente pode ser uma das ações, dos eixos estratégicos do Governo, capazes de articular

os macroobjetivos estratégicos de crescimento econômico com mais emprego e distribuição de renda, qualidade de vida e equilíbrio social e socioterritorial, à medida que os concretiza, valorizando a dimensão do trabalho, conforme sintetizado na Figura 1.

Com base em eixos prioritários – Erradicação do Trabalho Escravo e do Trabalho Infantil, Segurança e Saúde do Trabalhador, Juventude, Serviço Público, Promoção da Igualdade, Trabalho Doméstico e Biocombustíveis – e suas respectivas câmaras temáticas, o processo de articulação e construção da Agenda do Trabalho Decente está ampliando a participação da sociedade civil organizada no Estado e criando poderoso instrumento de visibilidade e publicização das ações de valorização do trabalho nas esferas pública e privada. Pretende-se, ao longo dos próximos três anos, ampliar as ações voltadas para a promoção do trabalho decente através da municipalização da Agenda do Trabalho Decente e de sua internalização nos órgãos públicos e nas empresas privadas, por meio de programas de adesão e incentivo.



FIGURA 1

TRABALHO DECENTE
BAHIA, 2007

Fonte: SETRES

Nas áreas de qualificação e intermediação do trabalho busca-se maior transparência das ações e maior integração com as vocações econômicas regionais e com os programas de desenvolvimento impulsionados pelo Governo do Estado. Busca-se sintonia entre as demandas dos trabalhadores e dos setores empresariais em várias regiões da Bahia, em contato direto com suas lideranças, visando formular planos de qualificação mais eficientes na tarefa de ajudar a dinamizar o desenvolvimento territorial. A criação de uma grande central de atendimento ao trabalhador em Salvador, baseada em uma nova metodologia, destina-se a resgatar a efetividade das ações do Sistema Público de Emprego e Renda no Estado, com vistas a ampliar de forma consistente o acesso à qualificação e ao trabalho para dezenas de milhares de trabalhadores da região metropolitana. Esta central vai irradiar para o Estado, por meio das 112 unidades de atendimento ao trabalhador (entre postos e balcões de atendimento) existentes, esse modelo inovador de gestão das políticas públicas para o trabalho.

A Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho – Sudet é a unidade responsável pela execução das ações relativas à área trabalho na SETRE, especialmente aquelas relativas ao Sistema Nacional de Emprego – Sine, entre as quais se destacam: a intermediação para o trabalho; a qualificação profissional e a orientação trabalhista e previdenciária, entre outras ações de apoio ao trabalhador.

A partir da reestruturação da Sudet, encontram-se também, entre suas atribuições, atividades voltadas para o segmento de pequenas e microempresas, além de programas e projetos especiais, em particular aqueles que têm no jovem trabalhador o seu público específico.

Atualmente existe uma estrutura composta por 112 Unidades de Atendimento ao Trabalhador, instaladas em 101 municípios. Essa estrutura de atendimento está disponível, segundo estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2006, para aproximadamente 59% da população baiana. Os Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT funcionam em estruturas diferenciadas, conforme o porte do município e os arranjos institucionais, havendo unidades instaladas em imóveis locados para este fim pela SETRE, unidades instaladas em postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC e unidades, quase sempre as de menor porte, instaladas em prédios cedidos pelo Poder Executivo local por força de convênio de cooperação.

1.1 INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Entendendo ser esta a ação que melhor simboliza o esforço do Estado para o enfrentamento da questão do desemprego, foram empreendidas mudanças na execução desta atividade logo no início de 2007.

Apesar da capilaridade oferecida pela presença dos PAT no Estado, até o início da atual gestão, a intermediação de mão-de-obra do Sine não era percebida como um serviço de referência por seus usuários. Essa realidade levava muitos empregadores a desconsiderarem a sua existência, o que se traduzia no número reduzido de vagas que eram captadas e de trabalhadores colocados. Os trabalhadores buscavam o Sine mais para os serviços de habilitação do seguro-desemprego e de confecção da documentação do que pela possibilidade de colocação no mercado. Buscando reverter radicalmente essa situação, imprimindo a dinâmica que esse tipo de serviço requer, várias ações estratégicas e emergenciais foram implementadas, como:

- Estruturação do serviço de psicologia – equipe formada por dois psicólogos e 12 estagiários de psicologia, com o objetivo de pré-selecionar os candidatos de acordo com os perfis das vagas captadas, orientando-os também para melhor aproveitamento quando do encaminhamento;
- Reestruturação do Posto Matriz, com duplicação da equipe de captação de vagas, inclusive a contratação de dois consultores (agenciadores) externos e implantação de *telemarketing* ativo junto às empresas, concentrando inicialmente toda a captação do município de Salvador e disponibilizando vagas também para a Região Metropolitana de Salvador – RMS; e
- Treinamento das equipes dos Postos de Atendimento ao Trabalhador de 32 municípios e reestruturação física e reaparelhamento tecnológico, com informatização das unidades que operam ainda manualmente, já tendo informatizado 22 Unidades de Atendimento ao Trabalhador, que passaram a usar o Sistema de Gestão de Ações de Emprego – Sigae, *software* disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a execução das ações do Programa do Seguro-Desemprego. Essas ações serão intensificadas em todo o Estado em 2008.

A informatização dos postos já está apresentando resultados positivos, seja no melhor atendimento aos usuários, na melhoria de comunicação entre as unidades e também no número de trabalhadores colocados no mercado.

Os dados apresentados a seguir compreendem os indicadores de resultados da atual gestão. Sendo que, para efeito comparativo do resultado das ações empreendidas, elas estão segmentados em dois níveis geográficos (Salvador e Estado) e são comparadas com o mesmo período de 2006.

Salvador – Os resultados do Sine em Salvador representam a produção de oito Postos de Atendimento ao Trabalhador no município: Matriz, Liberdade, Comércio, Barra, Iguatemi, Cajazeiras, Periperi e o Centro de Atendimento Profissional de A a Z – Capaz.

Houve, na capital, um acréscimo de 148,9% no número de vagas captadas junto às empresas, passando de 3.636 em 2006 para 10.869 em 2007, o que indica a eficácia das ações empreendidas, como a ampliação da equipe de captação de vagas, introdução do papel do consultor (agenciador externo que visita as empresas em busca de vagas, divulgação e acompanhamento dos serviços), introdução do telemarketing ativo para captação de vagas e realização de treinamentos técnicos da equipe de captação.

A efetividade do serviço de intermediação está no número de pessoas colocadas no mercado de trabalho. Os números alcançados na capital são promissores e já apresentam um acréscimo de 125,6%, passando de 1.726 para 3.894 trabalhadores colocados, no ano de 2007.

Estado – Os resultados no Estado consolidam as informações de toda a rede de atendimento. Houve um aumento de 20,6% nas vagas oferecidas, entretanto, houve uma redução 10,1% no número de colocados, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Os dados extraídos do Sigae, relativos somente aos postos informatizados da rede Sine-BA, demonstraram que houve um acréscimo de 79,6% das vagas oferecidas, acompanhado de um aumento de 18,2% do número de colocados, passando de 18.701 para 22.099.

Esses resultados podem ser explicados por fatores próprios da conjuntura de mudança trazida pela nova gestão, com forte impacto sobre a produção dos postos de atendimento, dentre os quais destacam-se:

- Mudança de governo e dos gestores das secretarias estaduais, levando a uma redefinição de rumos e à necessidade de um diagnóstico da situação encontrada;
- Redefinição do perfil dos coordenadores dos PAT e avaliação dos ocupantes dos cargos, o que levou a exonerações e nomeações (alguns processos ainda em curso);
- Desligamento, pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB, de 91 funcionários contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – Reda, em função de término de contrato, nos meses de maio, junho e julho, o que exigiu substituição e treinamento (ainda em curso); e
- Redução do horário de funcionamento dos postos de atendimento no interior do Estado e RMS que funcionam nas estruturas de SAC, como decorrência do desligamento dos funcionários.

Nota-se que, no que diz respeito ao interior do Estado, a fase é de transição e, assim, os resultados apresentados representam uma redução na efetividade do serviço. Medidas estratégicas estão sendo adotadas para alterar essa realidade, como, por exemplo, o Encontro de Coordenadores dos Postos de Atendimento que ocorreu no mês de agosto, com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, objetivando padronizar procedimentos, definir metas e gerar uma unidade de ação e maior comprometimento da equipe para alcance dos resultados.

A colocação de 36.885 trabalhadores no mercado de trabalho em todo o Estado está distribuída conforme a Tabela 1.

Através do **Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo – Patra**, que objetiva facilitar o acesso de profissionais autônomos ao mercado de trabalho, a SETRE/Sudet intermediou, em 2007, 105.358 serviços.

1.2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A preparação da força de trabalho para o novo momento da economia baiana é reconhecida como um grande desafio a ser enfrentado. Preparar os trabalhadores para enfrentar esta conjuntura e ação prioritária do governo, e neste contexto se encontram inseridas as ações do Plano Territorial de Qualificação Social e Profissional – Planteq que, em 2007, proporcionou treinamento para 4.740 trabalhadores baianos.

A SETRE também participa em outras ações junto ao MTE, como os Planos Setoriais de Qualificação – Planseq, que são ações voltadas ao atendimento de demandas de setores econômicos específicos. A finalidade do Planseq é formar profissionais, atendendo à necessidade de cada região e assim facilitar a entrada dos trabalhadores qualificados no mercado de trabalho. No Estado da Bahia, foram implantados dois Planos Setoriais no ano de 2007:

- **Planseq Software** – em parceria com a SETRE e MTE, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, atenderá, em 2008, 661 trabalhadores em cursos de qualificação técnica de 300 horas no Estado da Bahia. O Planseq para o setor de software é um projeto piloto, cujos resultados serão avaliados e servirão de baliza para a expansão do programa; e
- **Planseq Sucroalcooleiro** – Consiste na liberação de cerca de R\$ 104 mil por parte do MTE, em parceria com a SETRE, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – Faeb, para projetos de capacitação de mão-de-obra no setor da cana-de-açúcar. Com recursos provenientes do FAT, o programa atenderá 200 trabalhadores em cursos de qualificação técnica de 200 horas no Estado da Bahia,

TABELA 1 INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
BAHIA, 2007

TRABALHADORES COLOCADOS	INDICADOR FÍSICO	
	META	EXECUTADO
Trabalhadores com deficiência	500	327
Trabalhadores jovens (16 a 24 anos)	600	510
Demais trabalhadores	50.000	36.048
TOTAL	51.100	36.885

Fonte: SETRE/Sudet

abrangendo os municípios de Medeiros Neto, Amélia Rodrigues, Lajedão e Juazeiro. O Protocolo de Intenções já foi assinado no mês de novembro, em Brasília.

1.3 APOIO OPERACIONAL AO SEGURO-DESEMPREGO

Em 2007 foram atendidos 231.004 trabalhadores, equivalendo a 94,3% do previsto. Este dado confirma a grande procura aos Postos de Atendimento ao Trabalhador para esta finalidade.

1.4 APOIO AO TRABALHADOR NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

As atividades de coordenação e divulgação de informações relacionadas à segurança e saúde, orientação nas áreas trabalhistas e previdenciárias, na emissão de documentação civil e trabalhista e no intercâmbio e apoio técnico a entidades sindicais são ações que visam garantir ao trabalhador apoio na manutenção e desenvolvimento de relações de trabalho em condições decentes.

A atividade voltada para orientação aos trabalhadores desempregados na busca dos direitos trabalhistas e previdenciários é realizada exclusivamente na capital, por profissionais da área de Direito, no Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT do Jardim Baiano. Em 2007, foram atendidos 13.753 trabalhadores, o que corresponde a 91,7 % da meta prevista para o período.

A atividade de emissão de documentação civil e trabalhista é realizada nos vários Postos de Atendimento ao Trabalhador, em convênio com o Instituto de Identificação Pedro Melo – IIPM, para emissão de Carteiras de Identidade – CI (41 postos no interior do Estado), e com a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (71 postos na capital e no interior).

Foram emitidos, nesse período, 249.520 mil documentos, sendo 33.547 CI e 215.973 CTPS. Isso representa 96% do total de atendimentos previstos para 2007, já superando o total realizado no ano de 2006, que foi 233.274.

A atividade de orientação em segurança e saúde no trabalho tem sido desenvolvida desde 1998, com a formação de agen-

tes multiplicadores, e tem como objetivo orientar os trabalhadores em conteúdos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, meio ambiente, primeiros socorros e cuidados na utilização de agrotóxicos, com vistas à melhoria da sua qualidade de vida.

Essa ação é compartilhada com instituições parceiras, como: Fundação Jorge Duprat de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro; Delegacia Regional do Trabalho – DRT; Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – Cesat/SESAB; Empresa de Desenvolvimento Agrícola da Bahia – EBDA; Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia – Adab, sindicatos e federações de trabalhadores.

Foram treinados 19.988 trabalhadores nas regiões do Litoral Sul, Baixo Sul, Território Sisaleiro e Recôncavo Sul, envolvendo 32 municípios, por meio dos agentes multiplicadores formados pela SETRE. Esse resultado supera o número de trabalhadores treinados em 2006, que foi de 8.028, o que corresponde a um acréscimo percentual de 148,98%.

Além da execução direta na área, a Sudet participa de diversas ações que objetivam melhorar as condições de trabalho, como, por exemplo: o Projeto “No carnaval meu filho não cata latinha”; Fórum do Meio Ambiente do Trabalho – Forumat; grupo gestor no programa de desenvolvimento sustentável do território sisaleiro, tendo participado de eventos realizados na região do sisal, nos municípios de Monte Santo, Campo Formoso e Araci sobre segurança e saúde para os trabalhadores; Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador – Cist; Programa Integrado de Saúde para Atendimento ao Trabalhador – Pisat/Ufba; e Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil – Competi. Participa ainda no curso de Formação de Lideranças Sindicais, em parceria com a Fundacentro e Cesat, envolvendo 60 representantes de entidades sindicais das diversas categorias.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A criação, pelo Governo da Bahia, da Superintendência de Economia Solidária – Sesol no âmbito da SETRE, representa um marco institucional para a promoção do desenvolvimento com inclusão social. As ações de fortalecimento da economia solidária como modelo que gera trabalho e renda de maneira

decente, justa e sustentável não prescindem dos princípios fundamentais de uma nova gestão que conduzirá a Bahia para a condição de Estado cuja população desfrute de qualidade de vida, maior participação nos resultados econômicos, com equilíbrio social e étnico, integrado nacional e internacionalmente.

As ações do Estado para a promoção e desenvolvimento da economia solidária exigem um elevado grau de transversalidade e diálogo com a sociedade civil organizada, no intuito de efetivar uma política pública focada nos pequenos negócios coletivos que geram impactos na distribuição justa da renda e no desenvolvimento humano. As formas autogestionárias de organização para a produção de bens e serviços passam a ser alvos de ações públicas em todo o Estado, por permitirem a auto-organização dos trabalhadores no combate ao desemprego e à falta de renda nos territórios menos desenvolvidos.

Neste novo campo de atuação do Governo da Bahia destacam-se o fomento à economia solidária, as atividades de formação e divulgação e as ações de microcrédito e finanças solidárias. Trata-se de políticas integradas e transversais com outras ações dos diversos setores do governo, a exemplo daquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, para a dinamização e adensamento de cadeias produtivas e para a promoção do desenvolvimento com inclusão social. Apesar de se tratar de um tema recente no Governo da Bahia e que, por isso, pressupõe um período inicial de elaboração das propostas, ocorreram, em 2007, ações de desenvolvimento e promoção da economia solidária que convergem claramente para os macroobjetivos do governo no que tange ao crescimento dos pequenos empreendimentos, geração de trabalho decente, distribuição de renda e qualidade de vida.

2.1 FOMENTO

As ações referentes à atividade de fomento à economia solidária contribuíram para o novo modelo de desenvolvimento pautado na governança solidária, à medida que promoveram eventos de diálogo com a sociedade civil organizada, fortalecendo o controle social e a participação popular. De maneira análoga, as ações voltadas para a qualificação de gestores no tema da economia solidária e de qualificação dos empreendedores colaboraram para a dinamização das cadeias produtivas dos empreendimentos solidários, sobretudo aqueles de

pequeno porte, e preparam o gestor público para atender às demandas da sociedade baiana.

Com estas ações pretendeu-se identificar os empreendimentos de economia solidária, estudar a sua viabilidade e criar formas de incentivo a novas oportunidades de geração de trabalho e renda voltadas para a inclusão social e para a superação das formas de exploração do trabalho.

Além disso, a Bahia tem fomentado a economia solidária por meio do apoio a projetos comunitários no campo da geração de trabalho e renda, com destaque para as cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos. A atividade de catação é uma alternativa de sobrevivência para centenas de excluídos que vivem e trabalham nas ruas das cidades baianas, principalmente nos grandes centros urbanos. Constatou-se que há um alto nível de exploração dessas pessoas por parte dos chamados atravessadores, que compram os materiais coletados por preços irrisórios e, após prensá-los, ou promover algum tipo de transformação nos mesmos, os vendem para as indústrias por valores bastante superiores ao pago para o catador. Tendo presente esta realidade, no ano de 2007 foram apoiados alguns projetos de redes de cooperativas de catadores que promovessem um avanço para além do processo de catação e venda, buscando uma melhora no ganho e na qualidade de vida dos envolvidos, e garantindo a conquista da sua independência frente aos atravessadores.

Outras ações do governo para o fomento à economia solidária em 2007 foram os projetos piloto de implantação do Arranjo para o Desenvolvimento Local – ADL, no município de Pindadas, e o do Centro Público Estadual de Economia Solidária, em Salvador. O primeiro se refere a uma experimentação metodológica de diagnóstico detalhado das possibilidades produtivas no município, a partir do potencial de consumo e de produção da população local. O processo foi iniciado em 2007, para execução em 2008. Este trabalho será realizado em parceria com a Universidade Federal da Bahia e as organizações sociais daquele município, e serão envolvidos também outros atores de municípios circunvizinhos, de maneira que, em uma segunda etapa, o projeto contemple todo o território da Bacia do Jacuípe. O Estado investirá cerca de R\$ 200 mil no projeto, representando uma grande ação voltada para o desenvolvimento territorial e para a formação de cadeias produtivas naquele território. O segundo projeto piloto visa a implantação, na capital baiana, de um espaço multifuncional

de assistência técnica, incubação, qualificação e comercialização para os produtores organizados em cooperativas populares e associações de todo o Estado.

O Centro Público de Economia Solidária – Cepes encontra-se em fase de reforma do prédio e contratação de pessoal, e sua implantação está prevista para o primeiro semestre de 2008. Uma vez implantado, o projeto beneficiará milhares de trabalhadores da economia solidária, que contarão com serviços especializados, sobretudo aqueles relacionados ao escoamento dos produtos e à agregação de valor na cadeia produtiva. Este equipamento inovador representa um marco da política estadual de economia solidária e o primeiro de uma rede integrada que cobrirá todo o território da Bahia nos próximos anos, fortalecendo o diálogo com a sociedade nos territórios. Uma característica do Cepes é sua vocação para a transversalidade, uma vez que contempla ações de órgãos governamentais distintos.

Finalmente, foram identificadas, através dos diversos parceiros do Programa, demandas por apoio a recuperação de empresas em situação de falência ou recuperação judicial, especificamente nos territórios Litoral Sul e Metropolitano de Salvador. Em 2008, será iniciada uma ação de apoio aos trabalhadores dessas empresas, em parceria com o programa do Governo Federal já em andamento.

2.2 FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As atividades relacionadas à formação dos trabalhadores e à divulgação da economia solidária foram desenvolvidas em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, ora por intervenção direta da SETRE/Sesol, e em outros momentos de forma transversal, em parceria com outras secretarias. O desenvolvimento das ações promoveu o diálogo com os movimentos sociais, pautando parte das suas decisões na demanda da sociedade civil organizada.

A atuação foi conduzida predominantemente dentro das diretrizes relacionadas com a promoção do desenvolvimento com inclusão social, o fortalecimento das identidades culturais nos territórios, acolhendo as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo dos bens culturais, a dinamização e adensamento das cadeias produtivas, articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial e a dinamização da agricultura familiar e com a preservação do meio ambiente e sua sustentabilidade.

As ações de formação e divulgação estiveram focadas em linhas de ação consideradas fundamentais para o desenvolvimento das atividades, na busca por mecanismos de fortalecimento dos empreendimentos solidários, da formação dos trabalhadores e da difusão do conceito e das práticas do movimento de Economia Solidária.

Com relação à linha de **apoio e realização de eventos**, o evento inicial foi o Seminário Economia Solidária: Caminhos e Desafios para uma Política Pública Estadual. Contando com a participação de 350 pessoas, entre gestores públicos, movimentos sociais, empreendimentos solidários e estudantes, iniciou as discussões da formação, no âmbito do Governo do Estado. Outro seminário apoiado foi o Seminário de Divulgação dos Dados do Mapeamento, com a participação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes. No evento foram apresentados os dados do mapeamento nacional, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Sies e as ações desta secretaria vinculada ao MTE.

Foram apoiados eventos como feiras, conferências, plenárias e seminários. A Feria Baiana de Economia Solidária representa um dos eventos mais importantes da economia solidária baiana, sendo um local para comercialização, divulgação, troca de saberes, experiências, aprendizado e construção coletivos. Contou com a participação direta de mais de 290 empreendimentos do Estado e uma circulação de cerca de 2.000 pessoas, tendo o apoio do Governo do Estado da Bahia. Outra feira de economia solidária apoiada foi a Feira de Economia Solidária em Ribeira do Pombal.



Além das feiras, foi estabelecida uma articulação com o Instituto Mauá, e então os empreendimentos de economia solidária da Bahia passaram a contar com mais um espaço para comercialização e divulgação dos produtos e, a cada período semanal, um esquema de rodízio permite que diversos empreendimentos tenham acesso a esse momento de comercialização, totalizando certa de 70 empreendimentos participantes.

A Feira Internacional de Agropecuária – Fenagro contou com a participação de 34 empreendimentos solidários. Outro canal de comercialização e divulgação para os empreendimentos solidários criado em articulação com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH foi a Feira de Produtos Orgânicos da SEMARH – Parque de Pituaçu, que conta com a participação permanente de cerca de 35 empreendimentos solidários. O Fórum Social Nordestino, com a participação de 380 pessoas, e o Fórum Regional de Alagoinhas, com a participação de 50 pessoas do território Agreste de Alagoinhas foram outros eventos apoiados.

Diversas plenárias de Economia Solidária foram apoiadas:

- IV Plenária Estadual de Economia Solidária;
- IV Plenária Metropolitana de Economia Solidária;
- III Semana da Mulher e Plenária Regional de Economia Solidária;
- Plenária Regional de Economia Solidária de Vitória da Conquista;
- Plenária de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serra;
- Plenária de Economia Solidária de Senhor do Bonfim; e
- Plenária Regional de Economia e Solidária de Ribeira do Pombal.

A Linha de Ação de Formação teve como principais ações a realização e apoio a seminários, oficinas e cursos. No que se refere aos seminários, o primeiro a ser realizado, em parceria com o Fórum Baiano de Economia Solidária, Cáritas Brasileira, SEAGRI/Suaf/EBDA e outras entidades foi o Seminário Estadual de Formação em Economia Solidária, que contou com a participação de 50 pessoas, representantes dos 26 territórios de identidade do Estado. Neste evento, foi elaborado e confecionado o material didático, mobilização, convite aos palestrantes, articulação de espaço e hospedagem, apoio logístico e participação na facilitação, gerando um plano estadual de

formação em EcoSol. Outros seminários apoiados foram sobre Saúde e Segurança no Trabalho, realizados em parceria com a Fundacentro e a Delegacia Regional do Trabalho, nos municípios de Campo Formoso e Araci, que contaram com a participação média de 200 trabalhadores rurais, onde, entre outros temas, tiveram a palestra sobre Economia Solidária.

Podemos destacar ainda o Projeto Estadual de Incubadora Pública Estadual de Economia Solidária, cujas principais ações foram o levantamento de informações necessárias para a formatação do Programa Estadual de Incubadoras Públicas, realização de contatos para o estabelecimento de articulações necessárias ao Programa e a constituição do Comitê Propositivo para discussão e formatação do programa, contando com representantes da SETRE, Fundação Banco do Brasil, Rede de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, Rede Unirabalho e Fórum de Cooperativas, cujos trabalhos convergiram para a construção do projeto piloto, a ser implementado a partir de 2008.

A realização de oficinas de Elaboração de Projetos e Sensibilização em Economia Solidária foi dividida em dois módulos conjugados, sendo o primeiro, pré-requisito para a participação do segundo: I) sensibilização em economia solidária; II) oficina de elaboração de projetos. Neste ano foram realizadas três oficinas na SETRE, duas na Feira Baiana de Economia Solidária, uma em parceria com o Boa Pesca e um para a equipe técnica contratada para o Centro Público e Incubadora Pública de Economia Solidária. Ao total, passaram pela oficina cerca de 180 pessoas.

Parcerias diversas foram estabelecidas dentro da linha de formação. Com o Instituto Mauá, foi feita a formação de artesãos, através da aplicação de um Módulo de Formação em Economia Solidária, em quatro municípios, com destaque especial para as Comunidades de Fundo de Pasto, as áreas de Andorinha, Jaguarari, Campo Formoso, Oliveira dos Brejinhos e Juazeiro e o Quilombo Dandá.

Com o Boa Pesca, foram feitas reuniões de planejamento das ações na comunidade pesqueira e a formação de 35 agentes da Bahia Pesca, no módulo de Economia Solidária, para que possam desenvolver práticas pautadas na construção coletiva e desenvolvimento local, bem como a indicação de sete formadores para realizarem um trabalho de sensibilização com

as comunidades mapeadas pelos agentes, abordando a temática da economia solidária, cooperativismo popular e associativismo. Foram realizados cursos de Atendimento ao Cliente, com seis turmas, tendo cada turma uma média de 25 trabalhadores de empreendimentos solidários, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, bem como reuniões do Plano Setorial de Qualificação, a partir das quais a Sesol passou a fazer parte do comitê consertativo para a formulação da política nacional de qualificação setorial, para implementação a partir de 2008.

Na linha de ação de divulgação, trabalhou-se na realização e apoio a eventos de divulgação, elaboração de materiais publicitários, publicações e representações.

Por fim, foram desenvolvidas atividades dentro da linha de parcerias e pesquisas, onde está sendo estabelecida uma parceria com a Senaes, visando ao estabelecimento de articulação das políticas públicas estaduais de economia solidária com as ações da Senaes, o que possibilitará uma maior abrangência, impacto e efetividade das ações, ampliando os benefícios aos trabalhadores e trabalhadoras que atuam sob o eixo da economia solidária no Estado da Bahia.

Outras parcerias foram formadas, a exemplo do grupo que atua na solução amistosa para o caso da explosão da fábrica de fogos em Santo Antônio de Jesus, que prevê uma série de ações de governo e organizações não-governamentais que possibilitem a reparação de alguns danos causados pelo fato, e a atuação da Sesol, integrante do grupo, diz respeito à realização de atividades com grupos na comunidade local, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Unissol. Outra articulação está em curso com o Movimento Trabalho e Liberdade, e a Sesol participou de reunião entre este movimento e o Ministério da Cultura com os trabalhadores de empresas recuperadas, com o objetivo de tratar da mudança da cultura das relações trabalhistas.

O estímulo à inserção dos empreendimentos de economia solidária nas compras estratégicas do Governo do Estado da Bahia foi outra ação que contou com a inclusão de empreendimentos solidários no cadastro de fornecedores da Secretaria da Administração – SAEB, que vem atuando como grande parceira.

A análise de projetos é outra atividade desenvolvida, na qual os técnicos estiveram à disposição da sociedade civil organizada, para avaliar e orientar os projetos enviados a esta superintendência, com a solicitação de apoio a eventos e ações voltados para a economia solidária. Algumas das entidades assistidas foram a Amapele, a Vida Brasil e o Complexo de Cooperativa de Catadores de Resíduo Sólido, entre outras.

As ações de formação e divulgação têm sido orientadas no sentido de buscar constantemente a transversalidade, tendo estabelecido articulações com diversas instâncias de governo. Tem-se também em vista que é de fundamental importância o estabelecimento do diálogo e a articulação com a sociedade civil.

2.3 MICROCRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS

No ano de 2007 foi criada a Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias – Comfis, no âmbito da recém-lançada Superintendência de Economia Solidária – Sesol, substituindo a Coordenação de Geração de Renda e Economia Solidária que fazia parte da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho – Sudet.

Com essa modificação ocorrida, a atual Comfis teve suas atribuições e responsabilidades aumentadas, desde quando, além da atividade referente à geração de trabalho e renda, por meio do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia – CrediBahia, procedeu com as discussões de implementação de políticas, diretrizes e fundos para apoiar também os empreendimentos associativos solidários no Estado.

Para isso, o governo manteve diálogo com representantes de organizações especializadas e com a sociedade civil organizada, no intuito de destacar experiências de sucesso no Brasil, a fim de consolidar a economia solidária na Bahia.

A busca de bases para fortalecer a implementação da Economia Solidária na Bahia tem demandado esforços do atual governo no intuito de obter informações e somar experiências. Dentro dessa perspectiva, promoveu-se reunião com um grupo de trabalho de microfinanças para discutir e formatar a Política de Microfinanças Solidárias do Estado da Bahia, onde compareceram vários especialistas da área, que trocaram experiências e discutiram as diversas concepções existentes, hoje, no Brasil, sobre microfinanças solidárias. Participou,

também do Seminário Fundo Rotativo Solidário, promovido pela Senaes, em Brasília.

De forma convergente à prioridade do Governo da Bahia na promoção do crescimento com distribuição, o **Programa CrediBahia** estimula o desenvolvimento com inclusão social, apostando no fortalecimento dos pequenos empreendimentos individuais.

Em 2007, foram liberados financiamentos da ordem de R\$ 15,5 milhões para os clientes atendidos pelo CrediBahia, nos municípios onde funcionam as agências. Além disso, foram implantadas 17 novas agências, ampliando de 124 para 141 o número de municípios atendidos, com 142 agências (o município de Camaçari tem duas agências), priorizando aqueles de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, maior densidade urbana e massiva presença de negócios informais, buscando, dessa forma, um equilíbrio socioterritorial, favorecendo o crescimento econômico e, por conseguinte, fortalecendo a economia local nas diferentes regiões do Estado da Bahia.

Para operacionalizar este programa foi renovado o convênio entre a SETRE, a Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Cada instituição atua de forma complementar, mantendo atividades para apoiar os pequenos negócios baianos.

Neste ano foram apoiados 11.199 micro, pequenos e médios empreendimentos, superando a meta prevista (de 10.000) em 12%, havendo um aporte de R\$ 15,5 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social do Estado – Fundese, por meio da Desenbahia.

O recurso que a Comfis disponibilizava para 2007 era de R\$ 25 mil; foi apresentado um projeto ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, com a finalidade de reestruturação e executar as atividades da coordenação, liberando então, R\$ 307 mil.

Como instrumentos para acompanhamento e supervisão do trabalho, foram atingidas as seguintes metas:

- Seis cursos de formação de agentes de crédito, ministrados pelo Sebrae, para implantação de novos postos de atendimento do Programa CrediBahia e para reposição de pessoal em postos já implantados;
- Treinamento de 96 agentes, em campo, ministrado pelos supervisores regionais;
- Supervisão e acompanhamento das agências realizados por intermédio do Sistema Informatizado de Gerenciamento do Microcrédito, de telefonemas, e-mails e 63 visitas técnicas locais.

Houve a aplicação de uma nova metodologia para a implantação de novas agências. Neste sentido, foram realizadas 17 audiências públicas nos municípios que abriram agência do CrediBahia. Nestes eventos reuniram-se todos os segmentos da população e foram expostas as diretrizes do programa e o alcance para o desenvolvimento local. Neste momento, para a implantação das agências, houve a formação de um Comitê de Crédito, instância que tem por finalidade analisar e deliberar as operações de concessão de crédito referentes ao programa. Este comitê é constituído de representantes do governo estadual e municipal, trabalhadores e empregadores, para que os empréstimos se realizem da maneira mais transparente possível.

De maneira geral, buscou-se reestruturar a forma de gestão do programa, procedendo a um acompanhamento e monitoração mais eficazes e constantes. A nova regionalização, que agrupou os municípios por Território de Identidade, buscando respeitar as características sociais, culturais e econômicas semelhantes, facilitou a atuação dos supervisores regionais.

Outra inovação deu-se com relação ao IV Encontro de Agentes de Crédito do CrediBahia, que teve por finalidade, além da integração entre todos os atores envolvidos no programa, promover uma reciclagem para os agentes de crédito. O objetivo maior foi reunir um significativo número de agentes e proporcionar oficinas de recuperação de crédito e combate à inadimplência, que gerou discussões interessantes nos grupos, com apresentações de experiências vivenciadas pelos agentes em seus municípios. Participaram do evento 94 agentes de crédito, de 79 municípios baianos.

Neste encontro, além da premiação geral feita anualmente à agência que mais se sobressaia no período, houve também prêmios para a agência destaque e por supervisor regional, visando estimular os municípios.

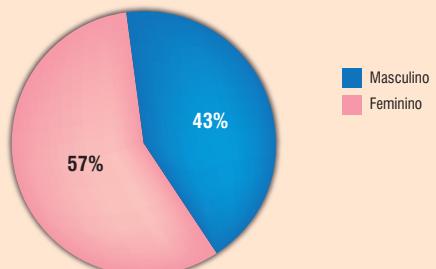
Projeto “No carnaval meu filho não cata latinha nem PET”

Este foi um projeto apresentado pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT, para que catadores de latinha organizados na Cooperativa da Nova República – Canore, no Nordeste de Amaralina, fossem financiados para comprar latinhas de catadores ocasionais, isto é, aqueles que em geral desenvolvem essa atividade nesse período considerado de grande oferta do material. Disponibilizando recursos para essa compra, os catadores da cooperativa teriam um “estoque regulador” e assim controlariam o excesso de oferta do produto para os compradores finais, tentando conter a queda excessiva do preço, logo após o carnaval.

Foram realizados dez financiamentos individuais, com aval solidário, por meio do CrediBahia. A cooperativa foi a responsável pela organização do pagamento, controlando o resarcimento do financiamento, que ocorreu sem nenhum problema.

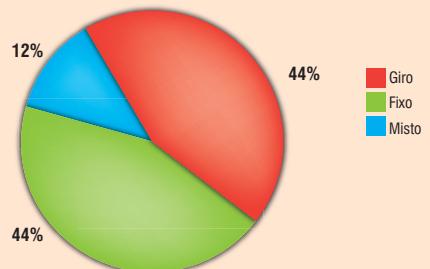
Os Gráficos 1, 2 e 3 representam os financiamentos liberados por meio do CrediBahia, no período 2002 a 2007, por atividade, sexo e tipo de financiamento, os quais possibilitam uma visão ampla da sua atuação no Estado.

GRÁFICO 2 | CREDIBAHIA – FINANCIAMENTOS LIBERADOS POR SEXO BAHIA, 2002-2007



Fonte: Desenbahia.

GRÁFICO 3 | CREDIBAHIA - FINANCIAMENTOS LIBERADOS POR TIPO DE FINANCIAMENTO BAHIA, 2002-2007



Fonte: Desenbahia.

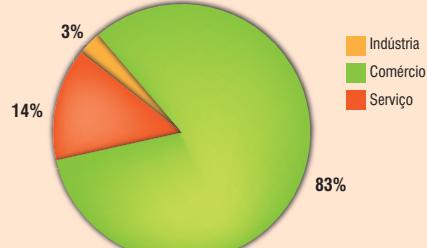
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Considerando que o desemprego, a exclusão das políticas públicas e a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários têm colocado muitos jovens em situações de vulnerabilidade e risco social, o Governo do Estado estabeleceu a juventude como um segmento prioritário para o desenvolvimento de políticas de inclusão e desenvolvimento social.

3.1 PROGRAMA BAHIA JOVEM – JOVENS BAIANOS

Nesta perspectiva, foi concebido o Programa Bahia Jovem, cujo objetivo é articular e integrar as políticas públicas – inclusão social, educação, saúde, emprego e renda, cultura, esporte e lazer, etc. – voltadas para a juventude. Neste esforço, os programas direcionados ao público juvenil vêm sendo reformulados e expandidos. O Bahia Jovem tem buscado transversalizar ações de inclusão produtiva, formação cidadã,

GRÁFICO 1 | CREDIBAHIA – FINANCIAMENTOS LIBERADOS POR ATIVIDADE BAHIA, 2002-2007



Fonte: Desenbahia.

transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e atividades culturais no processo de formação dos jovens, para atuarem como agentes de desenvolvimento comunitário.

As ações do programa têm buscado enfrentar os principais fatores que interferem negativamente no desenvolvimento dos jovens, como a falta de perspectiva de futuro, a ausência de pertencimento familiar e comunitário, a baixa estima e a fragilidade da identidade étnico-racial, estimulando o protagonismo juvenil e a construção/reconstrução de projetos de vida.

O Programa Bahia Jovem tem o objetivo de promover a inclusão socioprodutiva de jovens de 16 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, através da formação cidadã com o foco no protagonismo juvenil. O programa atendia anteriormente 1.200 jovens, e passou a beneficiar 3.998 diretamente, a partir do apoio a projetos de inclusão social e produtiva, com inserção de um recorte étnico-racial nas atividades socioeducativas.

Recentemente, 1.068 jovens foram formados como agentes de desenvolvimento social para atuarem em suas comunidades, após terem passado por cursos de capacitação e formação cidadã. Além disso, 36.000 alunos das escolas públicas de Salvador participaram de oficinas desenvolvidas, através do programa, pela ONG Núcleo Omidudu, para a divulgação da Lei nº 10.639, que torna obrigatória a inclusão do tema “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos escolares. As ações de formação compreendem uma grade curricular com as temáticas: Desenvolvimento Pessoal e Social; Empreendedorismo Comunitário, Desenvolvimento Comunitário; Projeto de Vida e Projeto de Intervenção na Comunidade, implementadas a partir de uma abordagem teórico-prática.



Destacam-se ainda as ações voltadas para a profissionalização dos jovens, o trabalho desenvolvido junto às famílias e a bolsa-auxílio recebida pelos jovens beneficiados pelo programa, conforme demonstrado na Tabela 2.



Agente Jovem (15 a 17 anos) – Integra-se ainda ao Programa Bahia Jovem os esforços empreendidos na gestão e fortalecimento no âmbito estadual do programa Pró-Jovem Adolescente, anteriormente nomeado Agente Jovem, que atende 9.375 mil jovens em 124 municípios da Bahia. Os jovens de 15 a 17 anos beneficiados pelo Agente Jovem recebem uma bolsa de R\$ 65,00 por mês e participam de atividades socioeducativas.

3.2 JUVENTUDE CIDADÃ

Programa voltado para jovens com idade entre 16 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social que, através do desenvolvimento de ações de formação em direitos humanos, cidadania, qualificação profissional e prestação de serviços voluntários à comunidade, possam alcançar melhores oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo assim para a redução dos índices de desemprego da juventude baiana, bem como a exclusão social existente no Estado. O lançamento do projeto ocorreu no dia 26 de outubro de 2007, em Salvador, com a assinatura de um Protocolo de Intenção entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Governo Estadual. Serão ofertadas 10.665 mil vagas em 69 municípios do Estado, sendo 3.500 vagas para o município de Salvador.

Para financiar a implantação do Projeto Juventude Cidadã nos municípios, serão utilizados recursos oriundos do Fundo Esta-

TABELA 2

PROGRAMA JOVENS BAIANOS
BAHIA, 2007

AÇÕES	OBJETIVOS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº DE JOVENS BENEFICIADOS	ATIVIDADES REALIZADAS	RECURSOS UTILIZADOS (Em R\$ Mil)
Formação de Agentes de Desenvolvimento Comunitário	Contribuir com a mudança de atitude do jovem, em relação a si mesmo e as suas relações sociais, a partir do fortalecimento de sua identidade individual e coletiva e do desenvolvimento de competências fundamentais para sua efetiva atuação na comunidade como agentes de desenvolvimento comunitário.	20 escolas estaduais localizadas nos bairros: Caixa D'água, Paripé, Arenoso, Nordeste de Amaralina, Engenho Velho de Brotas, Cajazeiras, Parque São Cristóvão, Pernambués, São Caetano, Boca do Rio, Retiro, San Martin, Cabula, Rio Vermelho, Boa Viagem e Itapuã.	1.309	Capacitação e formação cidadã: desenvolvimento pessoal e social, empreendedorismo e desenvolvimento comunitário.	4.478*
Educar para Construir	Promover a inclusão socioprodutiva de jovens de 18 a 24 anos de comunidades carentes da capital através de qualificação profissional na área de Construção Civil Predial e Multiplicadores do Esporte, para atuação como agentes de desenvolvimento comunitário.	Comunidades do Subúrbio Ferroviário: Novos Alagados, Alagados, Moradas da Lagoa, Fazenda Coutos III, Uruguaí, Massaranduba, Costa Azul (Invasões Recanto Feliz e Paraíso Azul).	149	Preparação para inserção no mundo do trabalho, articulação comunitária e acesso a conhecimentos básicos de informática.	805*
Escola Profissionalizante do Ilê Aiyê	Desenvolver a identidade social e étnica, a consciência crítica, o senso de cidadania e a auto-estima dos participantes, ampliando as possibilidades de atuação no mercado de trabalho e protegendo-os de situações de risco.	Bairros: Liberdade, Pau Miúdo, IAPI, São Caetano e adjacências, além de outros bairros com densidade de população negra.	300	Capacitação profissional, oficinas de cidadania e fortalecimento da identidade negra.	734*
Ciranda Educativa	Contribuir para a melhoria da formação dos jovens beneficiários do programa, através da realização de atividades socio-educativas com as suas famílias.	20 escolas estaduais: Arenoso, Lapinha, Paripé, Águas Claras, Imbuí, Santo Inácio, Uruguaí, Lobato, Cabula, Engenho Velho de Brotas, Boca do Rio, Nordeste de Amaralina, Centro Administrativo da Bahia, Engenho Velho da Federação, Cosme de Farias, Rio Vermelho, Brotas e Soledade.	2.000	Ações socioeducativas com as famílias e agentes da comunidade escolar para atendimento das situações de risco social ocorridos na escola. Plantão psicossocial e articulação com a rede socioassistencial.	599
Didá Alamojú – Escola da Sabedoria	Oportunizar a inclusão sociocultural e artística dos beneficiários do programa, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social.	Oito escolas estaduais: Liberdade, São Cristóvão, Arenoso, Paripé, Águas Claras, Lapinha, Santo Inácio e Uruguaí.	240	Oficinas pedagógicas de cultura afro-brasileira, e discussão da Lei nº10.639/2003.	901*
TOTAL			3.998		7.517

FONTE: SEDES

* Inclui capacitação e Bolsa Auxílio

dual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, no valor de R\$ 9,5 milhões, e R\$ 8 milhões do MTE, totalizando R\$ 17,5 milhões para o ano de 2008. Em Salvador, já foram selecionadas 16 entidades executoras, com experiência em projetos sociais e de qualificação para jovens; algumas delas ex-participantes do Consórcio Social da Juventude, recentemente promovido pelo MTE. Em novembro, foi promovida capacitação inicial para seus gestores e instrutores.

Este é um projeto de grande relevância, visto o grau de importância de políticas para geração de trabalho e renda, visando à inserção do jovem no mercado de trabalho de forma qualificada.

3.3 VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A conferência teve como tema central “Concretizar Direitos

Humanos de Crianças e Adolescentes: Investimento Obrigatório". Entendendo a importância e a complexidade das temáticas abordadas, a SEDES apoiou o Seminário Preparatório promovido pelo Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente – Ceca, no dia 19 de abril de 2007, cujo objetivo foi aprofundar as discussões e orientar os municípios baianos sobre a realização das conferências municipais/regionais. Foram investidos mais de R\$ 300 mil na realização de 79 conferências municipais e 11 conferências regionais, com um total de 86 municípios. A Conferência Estadual aconteceu nos dias 16 e 17 de setembro de 2007, com um total de 1.400 participantes, de 230 municípios.

4. ATENDIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4.1 RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Entendendo que os jovens que cometem atos infracionais devem dispor de oportunidades para a sua reinserção positiva na sociedade, o Governo do Estado tem investido no desenvolvimento das medidas socioeducativas e na regionalização das unidades de atendimento, na perspectiva de garantir as condições para a ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

Considerando que a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei requer necessariamente a recomposição e o fortalecimento dos seus vínculos familiares e comunitários, a SEDES vem trabalhando pela descentralização das unidades de atendimento, com a regionalização de unidades da Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, e através do estímulo para que os gestores municipais realizem medidas socioeducativas em meio aberto e de semiliberdade em seus municípios, por meio de eventos de sensibilização e capacitação e do co-financiamento de unidades e programas de atendimento aos adolescentes que cometeram atos infracionais.

Seminários Preparatórios para Regionalização das Ações Socioeducativas nos Municípios-Pólos – O atendimento ao adolescente em sua comunidade de origem, conforme avaliação de resultados em sete municípios, promove a sua reinserção social, fortalece e preserva os vínculos familiares e comunitários, interceptando a sua progressão no delito.

Com este intuito, foram realizados cinco seminários territoriais nos municípios-pólos (Barreiras, Paulo Afonso, Maragogipe, Juazeiro, Vitória da Conquista e Feira de Santana), com a participação de agentes públicos e da sociedade civil que têm relação com as medidas socioeducativas – Ministério Público – MP, Secretaria de Segurança Pública – SSP, ONG e prefeituras. Todas essas ações buscam efetivar as determinações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase, e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na perspectiva de assegurar a reinserção e os direitos humanos desses adolescentes.

O objetivo dos seminários foi mobilizar e sensibilizar a sociedade civil e a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente dos municípios para a participação e o debate sobre as medidas socioeducativas, tendo em vista a implantação de novas unidades destinadas ao atendimento do adolescente em conflito com a lei, em cumprimento das medidas de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, Liberdade Assistida – LA e Semiliberdade.

Podem ser destacadas as seguintes medidas:

Co-Financiamento das Medidas de Meio Aberto – Foram implantadas Unidades de Atendimento Socioeducativo de Meio Aberto – de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, em Itamaraju e Teixeira de Freitas, e encontram-se em andamento as unidades dos municípios de Alagoinhas, Barreiras, Juazeiro, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, e Camaçari, totalizando 11 novos serviços implantados, com um valor de R\$ 5 milhões a ser co-financiado. Até o ano de 2006 estavam implantadas Unidades de Meio Aberto nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Eunápolis e Porto Seguro. A meta da Fundac é a implantação de unidades de atendimento socioeducativo em meio aberto de semiliberdade em todos os municípios-pólos dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia até o final de 2011. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- Reformas das Comunidades de Atendimento Socioeducativo do Pelourinho e Simões Filho (Case CIA e Case Pelourinho) para adequação das instalações físicas aos parâmetros do Sinase, e melhorias das unidades de saúde das demais Case;

- Oficinas de Iniciação Profissional que buscam favorecer a inserção dos adolescentes no mundo do trabalho, mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. Nas unidades de Salvador e Feira de Santana são desenvolvidas oficinas de artesanato de cimento e gesso, serigrafia, padaria, confecção de bolsas e acessórios e fabricação de doces e salgados, beneficiando 381 adolescentes, conforme Tabela 3.
- Oficinas de arte-educação, que buscam constituir espaços de vivências artísticas e culturais, respeitando as aptidões e desenvolvendo competências de ser, conviver, conhecer e produzir, através da realização de atividades de música, teatro, dança e artes. São 1.083 adolescentes beneficiados com as oficinas realizadas nas unidades de Salvador, Simões Filho e Feira de Santana, conforme Tabela 4.

TABELA 3

**INICIAÇÃO PROFISSIONAL DE
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
BAHIA, 2007**

MUNICÍPIO	PROJETO/OFICINAS	POPULAÇÃO BENEFICIADA
Salvador	Padaria	117
	Bolsas e acessórios	46
	Artefatos de cimento e gesso	120
	Doces e salgados	46
	Serigrafia	46
Feira de Santana	Serigrafia	16
TOTAL		381

Fonte: SEDES/ Fundac

- Repasse dos quatro carros comprados com recursos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ainda no governo passado, para as unidades na região cacaueira; e
- Apresentação ao Conselho Nacional da Criança e Adolescente – Conanda, após aprovação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de oito projetos para captação de recursos junto ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente para construção de duas novas unidades – uma para cumprimento de medidas socio-educativas com privação de liberdade e outra de semiliberdade.

Outros projetos da Fundac estão referenciados no Anexo I.

4.2 ATENDIMENTO A PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS

Por meio do Centro de Educação Especial Elcy Freire foram desenvolvidas ações voltadas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, portadores de deficiência mental, transtornos mentais e síndromes genéticas, assegurando-lhes apoio, orientação e providências que visem ao desenvolvimento integral da personalidade e a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, profissionalização, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária. Entre as ações desenvolvidas com as 62 crianças e adolescentes atendidas destacam-se:

- Atendimento especializado nas áreas de psiquiatria, psicologia, pedagogia, nutrição, serviço social, médico, odontológico, enfermagem e educação física;

TABELA 4

**OFICINAS DE ARTE-EDUCAÇÃO E NÚMERO DE ADOLESCENTES BENEFICIADOS
BAHIA, 2007**

OFICINAS	CASE SALVADOR	CASE CIA	CASE FEIRA DE SANTANA	CASE BROTA
Percussão	96	96	-	16
Teatro	190	-	110	-
Dança	85	-	-	-
Música	90	-	-	-
Origami	100	80	-	-
Artes Plásticas	120	90	-	10
TOTAL	681	266	110	26

Fonte: FUNDAC, 2007.

- Atividades pedagógicas (oficinas pedagógicas e pré-oficinas), atividades recreativas e inclusão em escola regular da rede pública de ensino;
- Iniciação em curso profissionalizante;
- Mini-horticultura;
- Projeto Conhecer;
- Atividades da Vida Prática – AVP;
- Atividades da Vida Diária – AVD;
- Reforço de aprendizagem;
- Participação em eventos desportivos; e
- Curso de inclusão digital.

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é política pública de proteção estratégica para o desenvolvimento social integrante da Seguridade Social, responsável por um conjunto de serviços socioassistenciais regulares e contínuos, afiançando direitos para satisfação das necessidades básicas dos usuários. A política se operacionaliza através do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que regula a prestação de serviços de Proteção Social Básica – PSB, e Especial – PSE, prevenindo riscos e vulnerabilidades na perspectiva da proteção, promoção e recuperação de direitos violados.

A implantação desse sistema no Estado, em 2005, deu-se de forma precária, devido ao entendimento da assistência social como ação residual e afeita a práticas assistencialistas, caracterizando-se pela sobreposição de ações, comando duplo, inexistência de uma política de co-financiamento e ausência de capacitação permanente, entre outras.

Um dos importantes avanços no campo da assistência social foi a assinatura, em 2007, do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados, firmado entre o Governo da Bahia e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este pacto representa o compromisso do Governo do Estado na consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, como principal ferramenta para a efetivação da assistência social como política pública afiançadora de direitos.

Isto só foi possível pela concretização dos pré-requisitos estabelecidos para adesão ao Pacto. Entre eles destacam-se o estabelecimento do comando único da Gestão da Política de Assistência Social no Estado, concretizado pela criação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, que vinha sendo desrespeitado pela gestão anterior com a superposição de ações e a desarticulação de programas localizados em duas secretarias – as antigas Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP e Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS; a reordenação da Superintendência de Assistência Social para adequação ao disposto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB-SUAS/2005; a reestruturação e o fortalecimento das instâncias de controle social (Conselhos Estadual de Assistência Social) e de pactuação da Política de Assistência Social (a Comissão Intergestora Bipartite)¹; os investimentos em capacitação dos municípios para habilitação no SUAS; e a realização de co-financiamento para a ampliação e qualificação da rede socioassistencial² do Estado.

Essas medidas apontam para um acúmulo no árduo trabalho que está sendo construído, de alteração do modelo historicamente arraigado, que concebe a assistência como dever moral de ajuda aos necessitados, passando a caracterizá-la como direito do cidadão e dever do Estado. Entre as ações orientadas para a consolidação do SUAS no Estado estão o assessoramento aos municípios, as atividades de capacitação, realização de estudos sobre a situação de vulnerabilidade e risco social e o co-financiamento para ampliação da rede de atendimento socioassistencial no Estado, conforme Anexo II.

5.1 SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA

Esta proteção social tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a populações que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social.

¹ Instância do SUAS composta por representantes das esferas estadual e municipais onde são pactuados procedimentos de gestão, a fim de qualificá-la para alcançar o objetivo de oferecer ou de referenciar serviços de qualidade ao usuário relativos à implementação do Sistema no Estado;

² A Rede Socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam serviços, benefícios, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia básica e especial e, ainda, por nível de complexidade.

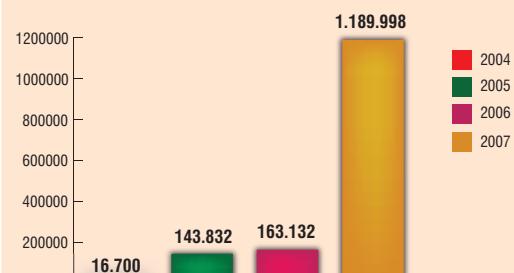
Em 2007 foi pactuado na CIB e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas o co-financiamento para implantação e implementação de 29 Centros de Referência da Assistência Social – Cras/Paif, sendo dois indígenas, oito quilombolas e 19 para municípios de médio e grande portes que não possuem o número mínimo estabelecido de Cras, no valor a ser financiado de R\$ 1,3 milhão. Os Cras são unidades de referência das famílias pobres situadas numa determinada territorialidade, onde uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos e educadores realizam atividades preventivas e inclusivas, encaminhando as demandas destas famílias para a rede socioassistencial de cobertura existente no município e para inclusão nos benefícios relacionados ao perfil dessas demandas. Existem hoje na Bahia 339 Cras, instalados em 294 municípios.

O avanço progressivo na cobertura da Proteção Social Básica com a instalação de novos Cras resultou numa ampliação significativa no número de famílias beneficiárias referenciadas pelo Programa de Atenção Integral à Família – Paif que funciona neste equipamento social, chegando a 1.189.998 pessoas em 2007, conforme apresentado nos Gráficos 4 e 5.

Além do Cras, outros serviços de Proteção Social Básica foram fortalecidos, a exemplo do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Atenção à Pessoa Idosa e o Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência. Foram introduzidos novos serviços e ações nos Centros Sociais Urbanos – CSUs e ampliada as subvenções sociais destinadas a entidades não-governamentais.

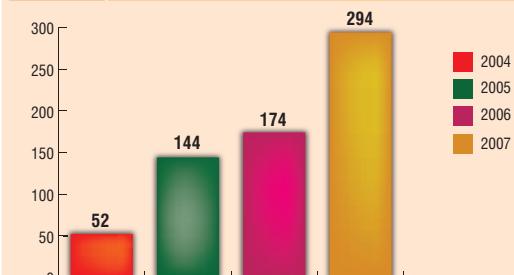


GRÁFICO 4 | PESSOAS BENEFICIADAS NOS CRAS/PAIF
BAHIA, 2004–2007



Fonte: SEDES

GRÁFICO 5 | MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM CRAS
BAHIA, 2004–2007



Fonte: SEDES

- **Programa de Atenção à Pessoa Idosa** – 9.239 idosos beneficiados em 59 municípios;
- **Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência** – Foram investidos R\$ 1,3 milhão, beneficiando 6.351 pessoas;
- **Creches** – Foram reformadas as 46 creches administradas pelo Governo do Estado em Salvador, que se encontravam em situação precária, beneficiando 6.200 crianças de 0 a 6 anos. A manutenção dos 800 funcionários e o custeio dos serviços foi possível com aumento do investimento, que passou de R\$ 9,7 milhões em 2006 para R\$ 11 milhões em 2007. Estas unidades serão transformadas em Centros de Educação Infantil – CEI, e serão municipalizadas em 2008, conforme um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, assinado com o Ministério Público;
- **Programa de Atenção à Criança de 0 a 6 anos** – Foram investidos R\$ 3,1 milhões, beneficiando 108.004 crianças atendidas em creches e pré-escolas, onde são desenvolvidas ações fundamentais para o desenvolvimento físico, afetivo, cognitivo e social das crianças, permitindo ainda que pais e mães de baixa renda possam trabalhar fora de suas residências;
- **Centros Sociais Urbanos – CSU** – Realização de 72.450 atendimentos mensais nos 31 Centros Sociais Urbanos localiza-

dos em 23 municípios do Estado. Os CSU são equipamentos comunitários administrados pela SEDES, que têm por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida da população local, através da implementação de políticas básicas de inclusão, buscando mudanças nas condições de educação, saúde, habitabilidade, relações sociais comunitárias, padrões econômico-financeiros e sociais das famílias e das pessoas, especialmente aquelas em situação de maior risco social. Em 2007 foram desenvolvidas as seguintes ações: infocentros digitais, Centros Digitais de Cidadania – CDC, Balcão de Justiça e Cidadania, aulas de dança clássica e afro, capoeira, atividades esportivas, centro de convivência de idosos, atividades de artesanato, projeto Viva Jovem, projeto Moda nas Comunidades Carentes e projeto Escola de Talentos; e

■ **Subvenções sociais** – Foram repassados R\$ 4,4 milhões do Programa Sua Nota é um Show de Solidariedade para 544 instituições sociais e R\$ 2,3 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social para organizações não-governamentais que prestam serviços de assistência social.

Centro Integrado de Tecnologias Assistivas – Cita

O Centro Integrado de Tecnologias Assistivas – Cita tem como principal objetivo a realização de ações integradas que contribuam para a efetiva inclusão social de portadores de deficiências. As ações são desenvolvidas por três núcleos básicos: Núcleo de Formação de Multiplicadores e de Profissionais Portadores de Deficiência Física, Núcleo de Assessoria e Consultoria em Acessibilidade, e Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas.

Num esforço conjunto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI com a Secretaria da Educação – SEC, o Centro Educacional Profissional do Jequitaia está em vias de ser definido como a área para instalação do Cita. Foi elaborada uma proposta de aproveitamento de todo o Complexo Jequitaia, em um projeto que integra dez secretarias de Estado. O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza deve dispor os recursos necessários para a ampliação e readaptação do espaço. O Cita também é um catalisador da sociedade civil, principalmente organizações de pessoas com deficiência. Vale ressaltar que o projeto elaborado pela Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, com a assessoria de entidades especializadas no tema, respeita todas as condições de acessibilidade.

Uma comissão multidisciplinar de 50 profissionais de diversas

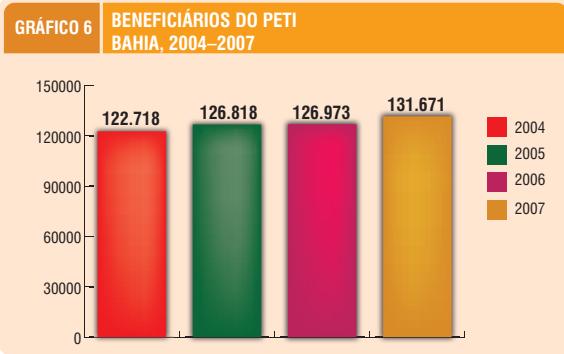
instituições contribui para a concepção do Centro. A partir de convênio firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, estão sendo adquiridos máquinas e equipamentos, inclusive mobiliário, acessíveis para a montagem do Centro. Está em fase de produção um “passeio virtual” que permita a visualização das novas instalações. Também estão sendo providenciadas as bases curriculares do Curso de Especialização em Educação Especial e Acessibilidade, em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet/BA, que disponibilizará o Laboratório de Órteses e Próteses para o projeto.

5.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial – PSE objetiva prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. Os investimentos objetivaram a realização de ações destinadas a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças e adolescentes, adultos e idosos na perspectiva de sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo, mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização e acesso a ações socioeducativas, com prioridade para os serviços voltados às crianças e adolescentes, destacando-se:

- Financiamento dos serviços de acolhimento institucional integral (abrigos) para usuários de substâncias psicoativas, pessoas com transtornos mentais, mulheres vítimas de violência, idosos e pessoas em situação de rua com ou sem referência familiar, beneficiando 300 usuários, com aporte de recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão;
- O atendimento a 1.200 crianças e adolescentes em situação de abandono e sem referência familiar, mediante a oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização e acesso a ações socioeducativas foi garantido através do co-financiamento dos serviços prestados por 19 abrigos localizados em Salvador. Estão sendo aportados recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões/ano para qualificar o atendimento, com a contratação de técnicos especializados, realização de ações que assegurem o convívio familiar e comunitário e estrutura física adequada, na perspectiva de cumprimento ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei Orgânica de Assistência Social – Loas e em conformidade com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária;

■ O fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, com a inserção de 66% das 131 mil crianças atendidas em atividades socioeducativas. Na Bahia, o Peti está sendo amplamente debatido em seminários com entidades parceiras. Foi realizado um levantamento de informações em 133 municípios e analisados relatórios técnicos de supervisão sobre a atuação dos três mil monitores da jornada ampliada contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo – Reda. Deste processo democratizante que interferiu positivamente na recomposição da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil – Competi resultará uma nova proposta de gestão do programa. De imediato, pode-se comemorar a melhoria no desempenho de 35 municípios que registravam baixa performance na integração Peti/Bolsa Família. Os avanços podem ser observados no Gráfico 6.



Fonte: SEDES

5.3 VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Convocada pelo Conselho Estadual de Assistência Social, realizou-se no período de 22 a 24 de outubro de 2007. Tendo como tema central os Compromissos e Responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único da Assistência Social – SUAS, a Conferência contou com a participação de 596 delegados (representantes governamentais e não-governamentais) e 486 convidados/observadores, que discutiram situações relevantes à implementação da Política de Assistência Social no Estado, culminando na avaliação da implementação do SUAS no seu território a partir das metas aprovadas na Conferência de 2005.

Foram realizadas 361 conferências municipais, que mobilizaram cerca de 86,6% dos municípios baianos, contando,

ao total, com mais de 32.300 participantes em todo o Estado. Além de garantir R\$ 155 mil para a realização do evento, a SEDES disponibilizou 15 técnicos da Superintendência de Assistência Social – SAS para participarem como facilitadores/colaboradores em 100 conferências municipais e na etapa estadual, assim como assegurou apoio técnico na construção dos instrumentos, na sistematização das deliberações municipais e na elaboração do Relatório Final da Conferência Estadual.

5.4 INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL E PACTUAÇÃO

5.4.1 Comissão Integrestores Bipartite – CIB – Composta por representantes das esferas estadual e municipais vinculados à Assistência Social, a CIB é uma instância de interlocução e articulação do SUAS, em que são pactuadas questões relativas à implementação do sistema no Estado. A CIB foi fortalecida e reestruturada conforme as determinações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005, com fornecimento de espaço, equipamento e designação de servidores para ampliação do apoio administrativo e para as atividades da Secretaria Executiva.

5.4.2 Oficina de Controle Social – No intuito de estabelecer uma relação mais democrática entre o Estado e a sociedade, foram realizadas oficinas de controle social com o objetivo de discutir a implementação do Programa Leite/Fome Zero, a articulação, o controle, a mobilização social e o fortalecimento organizacional das representações de produtores familiares, entidades da sociedade civil e famílias beneficiárias.

6. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O compromisso de alterar o quadro de insegurança alimentar grave que acomete 12,1% dos baianos, segundo dados de 2004 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, levou o Governo do Estado a constituir uma Comissão de Trabalho formada pela SEDES, pela Casa Civil e pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/BA para a elaboração de uma minuta de projeto de lei que cria o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan.

Essa lei é de extrema importância para a população baiana, por estabelecer as condições para a constituição de programas e ações de combate à fome e de promoção da segurança alimentar que superem o formato de mera assistência alimentar, com medidas que articulem formas inclusivas de produção, consumo e distribuição de alimentos, numa perspectiva abrangente e intersetorial da segurança alimentar.

À frente de um dos primeiros Estados a estabelecer um marco regulatório da Segurança Alimentar e Nutricional como política pública, o Governo da Bahia se soma aos esforços empreendidos pelo Governo Federal na implantação de medidas de combate à fome e redução das desigualdades sociais. Concebendo a alimentação como um direito humano e reconhecendo o dever do Estado em proteger, promover e prover esse direito, por intermédio do Sisan, o Governo da Bahia supera as medidas que historicamente compuseram o receituário dos sucessivos governos que utilizaram o combate à fome como moeda política a partir do estabelecimento de um vínculo de dependência entre a população mais carente e os provedores eventuais da sua subsistência. Neste quesito, podem ser destacados os seguintes avanços identificados nos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos pelo Governo do Estado por meio da SEDES:

6.1 INCLUSÃO PRODUTIVA

O apoio a projetos de inclusão produtiva passou a priorizar o público beneficiário do Programa Bolsa Família, na perspectiva de criar oportunidades de renda que possibilitem a sua emancipação. Foram investidos R\$ 2,8 milhões, beneficiando mais de 3.000 famílias em projetos de produção de alimentos (hortas comunitárias, unidades de beneficiamento de frutas, caprinovinocultura, apicultura e avicultura), artesanato e agroindústrias familiares, tendo como eixo central o fortalecimento comunitário e a articulação institucional para o combate à pobreza.

6.2 PROGRAMA LEITE/FOME ZERO

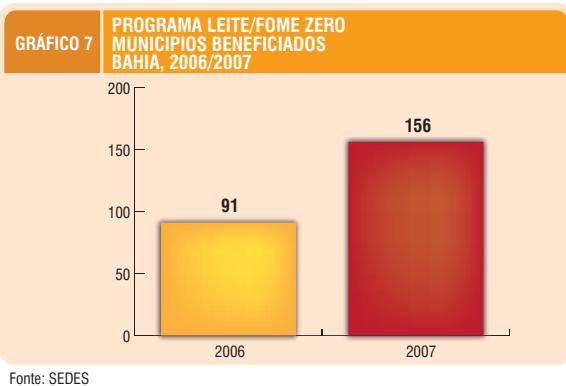
Proporciona aos agricultores familiares a possibilidade da venda de sua produção leiteira, a preço justo, promovendo a inclusão desses produtores na cadeia produtiva. O leite adquirido é beneficiado e distribuído para crianças de 2 a 7 anos pertencentes a

famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo mensal. Além de proporcionar renda aos pequenos produtores, o programa fortalece as ações desenvolvidas por órgãos e instituições da sociedade civil de combate à fome, garantindo às crianças atendidas o acesso a um leite de qualidade.

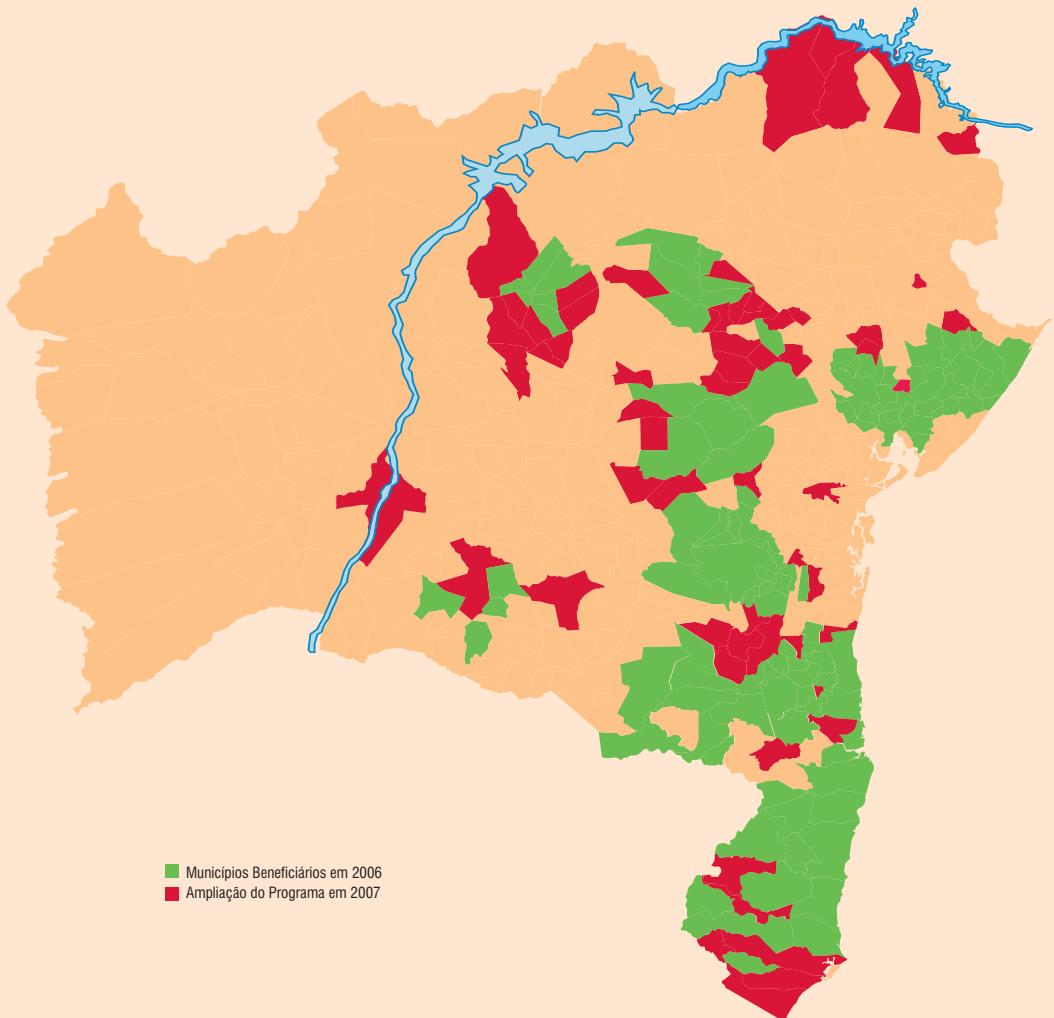
O Programa Leite/Fome Zero apresentou uma significativa ampliação no atendimento, beneficiando atualmente 156 municípios, com prioridade para aqueles situados no semi-árido. Hoje, o programa beneficia 100 mil crianças de 2 a 7 anos. A distribuição é feita por 1.340 creches e pré-escolas, que recebem mensalmente o leite adquirido a cerca de 2.500 pequenos produtores familiares pronafianos. As modificações neste programa, incluem a priorização dos laticínios pertencentes a cooperativas e associações de pequenos produtores para fornecimento do leite, a inclusão de crianças, idosos, gestantes e nutrizes de comunidades tradicionais como beneficiários e a inserção do leite caprino. Para a inclusão de municípios no programa, foram priorizados aqueles situados no semi-árido, com maior percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e que possuam em seu entorno laticínios regularizados no serviço de inspeção oficial com capacidade de atender à demanda do programa. O Gráfico 7 e o Mapa 1 apontam importantes avanços na gestão do programa.

6.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

Os agricultores familiares passaram a ser beneficiados com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, para os produtos beneficiados vendi-



MAPA 1

PROGRAMA LEITE/FOME ZERO – MUNICIPIOS BENEFICIARIOS
BAHIA, 2007

Fonte: SEDES/SIAA

dos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA executado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Tal conquista, proveniente de uma articulação realizada pela SEDES, Conab, Consea e movimentos sociais, por intermédio da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, garantirá maior renda aos produtores inscritos no programa, que serão beneficiados com a liberação de até 17% do valor recebido, que seria comprometido com o pagamento do imposto.

Outra articulação visando à ampliação dos beneficiários do programa no Estado foi a realização de uma oficina de

elaboração de projetos com entidades representativas dos agricultores familiares para participação do programa, promovida em parceria com a Conab. O objetivo desta ação foi capacitar os agricultores para acessarem os recursos deste programa que, por articular a ampliação da produção de alimentos, a geração de renda com a instituição de um canal institucional de comercialização e a doação dos produtos a famílias em situação de insegurança alimentar, se caracteriza como uma ação estruturante de promoção da segurança alimentar.

6.4 GERAÇÃO DE RENDA PARA FAMÍLIAS ASSENTADAS

Foram investidos R\$ 1,6 milhão para financiamento de fábricas de fécula e farinha de mandioca nos assentamentos rurais do Estado, beneficiando 1,5 mil famílias. O projeto será executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, numa parceria firmada entre a SEDES e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR, que conta ainda com a participação do Sebrae. Um dos objetivos dessa ação é incluir os produtos beneficiados nessas unidades no Programa de Aquisição de Alimentos da Conab, gerando renda para as famílias.

6.5 PESCANDO RENDA

O objetivo do projeto é a melhoria das condições de trabalho e renda das comunidades pesqueiras incluídas no Programa Bolsa Família, de maneira a proporcionar geração de renda de forma sustentável e solidária. O projeto prevê três principais ações: estímulo à piscicultura, com a implantação de tanques-redes para a produção de tilápia em sistema de condomínio solidário; a implantação de pequenas fábricas comunitárias para construção de pequenas embarcações em fibra de vidro para pesca artesanal; e distribuição de *kit* marisqueiras para proporcionar melhores condições de salubridade para o desenvolvimento da atividade.

O projeto Pescando Renda foi reformulado para assegurar a sustentabilidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, prevendo a criação de um fundo solidário financiado pela renda gerada com a aquisição do pescado e colaborando para formação de jovens, cadastrados pelo Programa Bahia Jovem, para assessoria técnica aos pequenos produtores. Em 2007 foram beneficiadas 685 famílias vinculadas à Cooperativa de Pesca e Aqüicultura da Barra do Serinhaém, com a construção de uma fábrica de gelo e distribuição de 22 embarcações motorizadas e material de pesca, em Ituberá, onde foram utilizados recursos da ordem de R\$ 657 mil. Foram elaborados projetos de produção de pescado para consumo e geração de renda, que serão implantados em municípios com concentração elevada de beneficiários do Programa Bolsa Família, em 2008.

6.6 RESTAURANTE POPULAR

O projeto Prato do Povo, que se limitava a prestar assistência alimentar às pessoas de baixa renda e trabalhadores informais, este ano está associado a ações de educação alimentar, aproveitamento integral de alimentos e informações de saúde e nutrição disponibilizadas periodicamente aos beneficiários das 4.300 refeições distribuídas diariamente nos Restaurantes Populares do Comércio e da Liberdade, em Salvador. Em 2007 foram atendidas 16.412 crianças gratuitamente. O investimento de mais de R\$ 2,2 milhões permitiu a ampliação do número de refeições saudáveis servidas, que passou de 703 mil em 2006 para 1.039.714 refeições em 2007.

6.7 NOSSA SOPA

O programa Nossa Sopa é uma medida emergencial que presta assistência alimentar a famílias em situação de insegurança alimentar grave, atendidas por instituições e entidades sociais, caracterizando uma parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada no combate à fome. Em 2007, foram distribuídos 11.095.610 pratos de sopa, sendo 573.760 pratos *in natura*, beneficiando 246.408 pessoas e fortalecendo o trabalho social desenvolvido por 174 instituições da capital e 336 instituições em 278 municípios do interior do Estado, totalizando 510 instituições. Além de 12 comunidades em Salvador que recebem sopa *in natura* e da distribuição de 19.315 pratos em eventos apoiados pelas Voluntárias Sociais, o Nossa Sopa atendeu 15 municípios em situação de emergência, com distribuição de 707 mil pratos, por meio da Coordenação Estadual de Defesa Civil – Cordec, distribuídos como



mostra a Tabela 5. Executado em parceria com a Ebal (produção) e as Voluntárias Sociais, o programa foi acompanhado por meio de supervisão e de 93 visitas técnicas realizadas para avaliar a infra-estrutura dos locais de distribuição. Este ano, 301 instituições solicitaram participação no programa e 30 municípios requereram sua ampliação.

6.8 PSAN – ACAMPADOS

O Projeto de Segurança Alimentar para Acampados e Pré-Assentados – PSAN, que é desenvolvido desde 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, em parceria com a Cáritas Brasileira, beneficiou 6.400 famílias com a implantação de sistemas coletivos de produção e distribuição de alimentos nos acampamentos. Com a participação do Governo do Estado, essa ação será ampliada para duas mil novas famílias, passando a atender 8.400 famílias organizadas pelos movimentos de luta pela terra – Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilom-

bolas – Ceta, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag, Pastoral Rural e Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD. Cabe registrar que pela primeira vez o Governo da Bahia desenvolve ações de promoção da segurança alimentar para acampados, já que as ações deste programa não contavam com nenhum tipo de apoio do governo estadual.

6.9 III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ameaçada pela ausência de recursos, uma vez que no orçamento elaborado pela antiga Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP foi destinado apenas R\$ 10 mil para o custeio do evento, a III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CESAN foi realizada no período de 23 a 25 de abril de 2007.

A SEDES garantiu um amplo processo de participação da sociedade civil e de representantes das prefeituras, com a realização de 12 encontros regionais preparatórios, processo que mobilizou mais de mil pessoas. Foram investidos R\$ 294 mil nas conferências regionais e R\$ 326 mil no pagamento de passagens, alimentação e hospedagem dos representantes da sociedade civil, que correspondiam a dois terços dos participantes das conferências. Na ocasião foram identificadas as principais situações de insegurança alimentar, com indicação de prioridades a serem contempladas pela Política Estadual de Segurança Alimentar no Estado.

Além de contar com a participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/BA na elaboração do PPA da SEDES, a secretaria buscou incorporar nos seus programas as prioridades apontadas na III Cesan. A constituição da comissão para elaboração do projeto de lei de criação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan foi uma resposta do Governo do Estado às reivindicações da III Cesan, demonstrando que o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional é uma prioridade deste Governo.

7. PROMOÇÃO SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Apesar da grande contribuição dos povos e comunidades

TABELA 5

**PROGRAMA NOSSA SOPA
–ATENDIMENTOS EXTRAS VIA CORDEC
BAHIA, 2007 (*)**

MUNICÍPIO/ENTIDADE	PRATOS DISTRIBUÍDOS
Amargosa	10.000
Barra	100.000
Curaçá	75.000
Ibotirama	25.000
Jucuruçu	10.000
Maragogipe	1.500
Morpará	10.000
Mov. de Trab. Assentados, Acampados e Quilombolas	53.000
Mulungu do Morro	50.000
Paratinga	60.000
Pilão Arcado	10.000
Remanso	50.000
São Francisco do Conde	50.000
Salvador / Grupo Pró-Renais	2.500
Saubara	150.000
Serra do Ramalho	50.000
TOTAL	707.000

Fonte: Coordenação de Segurança Alimentar – Cesan, Siaa/SEDES

* Dados até outubro de 2007

tradicional na formação da sociedade baiana, no povoamento, na conformação da cultura, da língua, da culinária e dos costumes, alguns estudos e pesquisas demonstram que a exclusão socioracial a que foram submetidos ao longo da história resultaram em indicadores sociais que comprometem a reprodução física e sociocultural desses segmentos, requerendo ações do Estado no sentido de possibilitar condições de vida dignas para que possam viver segundo seu modo de vida tradicional.

A situação social de indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro e fundos de pasto, entre outros povos e comunidades tradicionais residentes na Bahia, desperta preocupação do Governo Estadual por comportar um número significativo de grupos com características tradicionais em seu território e, sobretudo, pelo reconhecimento de que a qualidade de vida de que dispõem atualmente, mais precárias do que a média dos baianos em vários aspectos, resulta da ausência de políticas públicas capazes de inseri-los no campo dos direitos, garantindo-lhes acesso ao território, aos recursos naturais produtivos e aos serviços públicos, sem promover a violência do desrespeito aos seus modos de vida, preservando-lhes o direito à diferença.

As marcas dessa exclusão socioracial podem ser constatadas pelo índice de insegurança alimentar grave que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE, era quase três vezes maior na população negra (11,5%) do que entre os brancos (4,1%), em 2004. A convivência com a fome ou com a possibilidade da falta de alimentos, realidade vivida por cerca de 10 milhões de pessoas negras no Brasil, ajuda a explicar as condições de desnutrição das crianças quilombolas menores de cinco anos de idade apontadas pela Chamada Nutricional Quilombola 2007, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse inquérito identificou que as crianças quilombolas apresentam situação nutricional mais desfavorável do que as crianças do semi-árido (11,6% de crianças com déficit nutricional contra 6,6% das crianças do semi-árido). Além disso, este estudo apontou que 17,8% das crianças quilombolas apresentam incidência de seis episódios de diarréia por ano, decorrentes das condições de vida das suas famílias, já que 45,9% dos domicílios pesquisados têm esgoto a céu aberto/vala, 43,8% consomem água não tratada proveniente de poços e nascentes, 51,8% dos entrevistados têm menos de quatro anos de estudos e 16,6% informaram que não sabem ler.

A situação encontrada nas comunidades quilombolas só não é pior do que a verificada entre as crianças indígenas: 71% delas estão em famílias em condição de pobreza, contra 57% das crianças negras. Para as crianças brancas, esse percentual cai para 32,7%. A ausência histórica do Estado se confirma com o percentual de crianças indígenas analfabetas (15%) e que estão fora da escola (21%). O percentual nacional de mortalidade infantil por desnutrição, que é de 24,3/mil nascidos vivos, é 150% maior entre as crianças residentes nas aldeias (60,5/ mil nascidos vivos).

Buscando garantir a segurança alimentar e nutricional, o acesso às políticas públicas e a bens e serviços sociais aos povos e comunidades tradicionais, o Governo do Estado tem desenvolvido ações com a perspectiva de promover o desenvolvimento social sustentável desse segmento, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Pactuação para co-financiamento de oito Centros de Referência de Assistência Social quilombolas e dois indígenas;



- Capacitação de 147 municípios para inserção prioritária dos povos indígenas e dos quilombolas no Cadastro Único do Bolsa Família;
- Destinação de 2.275 mil litros de leite por dia do Programa Leite/Fome Zero para famílias indígenas e quilombolas;
- Investimento de R\$ 5,4 milhões para a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades remanescentes de quilombos e assentamentos rurais. A realização desta ação foi possível mediante parceria firmada entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH;
- Elaboração do Programa de Desenvolvimento Social Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que será executado a partir de 2008 com recursos da ordem de R\$ 16,7 milhões previstos no Plano Plurianual – PPA 2008-2011. Construído em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o programa do Governo do Estado atenderá às reivindicações desses segmentos, com a articulação intersetorial para a implantação de núcleos produtivos e infra-estrutura social e com a realização de ações que empoderem esses segmentos na luta pelos seus direitos, com a inclusão nas políticas públicas;
- Realização de audiência com 70 lideranças indígenas e 53 visitas técnicas a aldeias indígenas e a comunidades quilombolas, para o levantamento das suas demandas, com consequente incorporação nos programas da SEDES;
- Apoio a eventos de promoção dos direitos – Seminário Juventude Indígena da Bahia, que contou com a participação de 600 pessoas; Seminário Questão Agrária e Populações Negras, que contou com a presença de 300 quilombolas do município de Seabra e região; Seminário sobre o Programa Bolsa Família, tendo a participação de 50 lideranças indígenas representando nove povos;
- Realização do 1º Encontro Estadual das Organizações Indígenas da Bahia, com participação de 60 dirigentes de 41 associações indígenas da Bahia, secretários de Estado, representantes das universidades federal e estaduais, Banco do Brasil, Petrobras, Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Fundação Nacional do Índio – Funai, Associação Nacional de Ação Indigenista – Anai, União Italiana do Trabalho – SudUil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e Instituto Mauá. Neste evento foram

realizadas mesas-redondas para apresentação de projetos voltados aos povos indígenas e cinco oficinas de projetos, nas seguintes áreas: agricultura; suínos, aves e pesca; ovinocaprinocultura e apicultura; artesanato e cultura; habitação; e mesas-redondas para apresentação de projetos voltados aos povos indígenas;

- Realização de oficinas com a ONG Núcleo Omidudu, para divulgação da Lei nº 10.639 em escolas públicas de Salvador, com participação aproximada de 36 mil alunos; e
- Parceria com a Prefeitura de Santa Cruz Cabrália para realização de uma Feira de Cidadania Indígena destinada aos índios Pataxós, em que foram disponibilizadas informações sobre saúde e educação, além do acesso à documentação civil – Registro de Identidade – RG, Cadastro de Pessoa Física – CPF e certidões, entre outros.

8. ARTESANATO

O artesanato baiano é especialmente rico em suas diversas manifestações, seja pela grandeza geográfica do Estado, seja pela diversidade cultural. Pode ser encontrado em todos os territórios e abrange os mais diversos ramos: cerâmica, madeira, metal, couro, cestaria, trançado, tecelagem manual, rendas e bordados, instrumentos musicais, artesanato mineral e artesanato indígena. Um objeto artesanal é definido pela sua autenticidade, fruto da criatividade individual ou da comunidade, pelas singularidades do fazer e pela matéria-prima utilizada, que deve ser, sobretudo, natural e típica da região, representando simbolicamente a cultura local na qual está inserido.

O Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia ligada à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, tem como objetivo integrar três eixos de ação: Preservação, Fomento, e Promoção e Comercialização, no sentido de fortalecer a cadeia produtiva do artesanato, desenvolvendo o potencial artesanal e preservando a cultura local como estratégia de desenvolvimento da comunidade.

O artesanato é um produto que se caracteriza pela manualidade dos processos de produção, associada à identidade cultural que o integra. As ações de fomento, preservação e divulgação do artesanato têm como objetivo o fortalecimento dessas identidades, vistas como valor agregado ao produto e, consequentemente, ao respeito das diversidades, contribuindo

do, por exemplo, para o desenvolvimento do conteúdo cultural dos programas educacionais, especialmente dos ensinos infantil e fundamental nas comunidades. Além disso, a política de fomento e comercialização busca a divulgação e valorização do artesanato, para as próprias comunidades, de um lado, como forma de fortalecimento da identidade cultural local; e, de outro, para o público turista, garantindo o escoamento da produção e a dinâmica econômica do setor.

O desenvolvimento do setor artesanal é visto, portanto, como estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural da região, e não apenas como um programa de assistência aos artesãos. As ações nas comunidades são desenvolvidas tendo como princípios fundamentais a geração de trabalho e renda, a inclusão social e o respeito e a valorização da cultura local, vista como valor integrador e diferenciador dos produtos no mercado. O artesanato como bem cultural é portador de identidade, valor e significado.

A preocupação que orienta a elaboração das políticas públicas estaduais para o artesanato na Bahia reside em se manter integrados os diversos aspectos que constituem a realidade do artesão, respondendo às necessidades de melhoria das condições de vida das comunidades artesanais, daí ser fundamental o desenvolvimento e amadurecimento dos mecanismos de transversalidade entre o Instituto Mauá e outros órgãos, como Secretaria da Cultura – SECULT, Secretaria do Turismo – SETUR, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, dentre outros.

Outro grande desafio a ser vencido pelo Governo do Estado no aprimoramento das políticas para o artesanato é o desenvolvimento de bases conceituais e metodológicas consistentes, para a realização das suas diversas ações programáticas. Dois dos elementos constituintes deste problema são o quadro defasado de profissionais especializados em áreas estratégicas para o setor e a dificuldade de se promover uma integração entre os diversos setores que atuam no âmbito do artesanato.

Entendendo-se que para superar esses desafios é fundamental o conhecimento e divulgação de experiências, assim como a análise crítica das ações e programas já implementados, tanto por instituições governamentais como por outras instituições, o Mauá tem buscado a organização das informações existentes, assim como o desenvolvimento e aprimoramento dos registros e mecanismos de divulgação das informações.

8.1 PRESERVAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

O Núcleo de Acervo Artesanal do Mauá – Nart tem como principal atribuição a preservação da memória do artesanato baiano por meio de atividades de estudos, pesquisas, projetos, exposições, palestras, cursos, manutenção e ampliação dos acervos artesanal, documental, audiovisual, bibliográfico e de peças artesanais. Buscando cumprir seus objetivos, serve-se de quatro sub-setores específicos: Acervo Permanente, Auditório, Biblioteca e Espaço Cultural Mestre Abdias, mantendo permanente contato com o público, que procura informações sobre o artesanato e a vida dos artesãos baianos. São artesãos; estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior; pesquisadores; educadores; artistas; associações; e turistas do Brasil e de outros países. Todos procuram fontes seguras de informação e atendimento diferenciado.

Diante da importância desse núcleo como elo privilegiado entre o Governo do Estado, artesãos, turistas e comunidade, retomar as principais diretrizes do Nart tem sido uma prioridade da atual gestão do Mauá, pois é preciso recuperar a confiança do público, atraindo antigos e novos freqüentadores. Nesse passo, promoveu-se uma reformulação no quadro de pessoal, integrando-se os funcionários ao Plano de Ação Estratégico do Mauá, fundamentado na idéia de preservação e divulgação do artesanato do Estado da Bahia.

Desse modo, o artesanato deixa de ser visto como “lembraça da Bahia” para tornar-se uma das mais fortes expressões culturais do povo baiano e um meio profícuo para a geração de trabalho e renda para os artesãos.

Nesse âmbito, as seguintes diretrizes foram definidas: preservar e divulgar o artesanato produzido na Bahia; recuperar todo o Centro de Documentação do setor (artesanal, bibliográfico, fotográfico e audiovisual); colocar à disposição do público toda e qualquer informação sobre as peças existentes no Nart, assim como sobre os artesãos que as produziram; ampliar, informatizar e modernizar a Biblioteca do Mauá, com a aquisição de edições literárias e aparelhos tecnológicos, além da adequação do espaço à pesquisa; atualizar e informatizar todo o acervo artesanal do Mauá e colocar todas as peças do Memorial à disposição do público de todo o mundo através da internet.

Dentre as ações desenvolvidas destacam-se:

- **Organização e divulgação dos acervos** – Foram limpas, catalogadas e organizadas as 735 edições que compõem a Biblioteca do Nart. O Acervo Permanente conta com 1.719 peças artesanais catalogadas, restando ainda cerca de 100 peças a serem devidamente identificadas. A maior parte do acervo foi limpa, catalogada e fotografada e a previsão é de que, no primeiro semestre de 2008, esteja disponível à visitação. Após a conclusão desta etapa, o objetivo será informatizar os acervos para o adequado controle e acompanhamento.
- **Apoio a eventos para promoção e divulgação do artesanato** – Definiu-se pela continuidade de alguns dos eventos realizados anteriormente pelo Nart, tendo como critério a inserção do artesanato em cada manifestação cultural. Cinquenta artesãos trabalharam com o Nart nos seis eventos promovidos: Semana do Artesão, Feira do Artesanato Indígena, Trezena de Santo Antônio, Cachoeira em Festa, Caruru de São Cosme e São Damião e Bazar Natalino.

Eventos como a Trezena de Santo Antônio e o Caruru de Cosme e Damião, realizados pelo Mauá, também promovem



a integração com a comunidade e comerciantes do Centro Histórico;

Já a I Feira do Artesanato Indígena e a exposição Cachoeira em Festa mostraram a preocupação do Mauá com as questões socioeducativas e apresentaram temas como: artesanato do interior do Estado, artesanato indígena, religiosidade e educação ambiental, trazendo ao público a oportunidade de interagir com artesãos, conhecer variadas expressões culturais do Estado e obter lições de consciência ambiental.

- **Parcerias** – Durante a realização das atividades desenvolvidas pelo Nart, importantes parcerias foram firmadas com instituições públicas, privadas e com a comunidade do Centro Histórico do Salvador. Essa consolidação reflete a segurança para a equipe poder desenvolver as atividades planejadas para o Calendário de 2008; e
- **Diálogo social** – Foi implantado o projeto Oficina de Berimbau, no qual, durante o período de março a dezembro, os interessados aprendem a tocar e confeccionar esse instrumento musical. O objetivo é fazer o cidadão procurar melhorar sua qualidade de vida, aprender uma arte-ofício e saber comercializá-la com criatividade.

8.2 FOMENTO

A Gerência de Fomento ao Artesanato – Gefar tem como objetivos identificar o potencial artesanal das comunidades; implantar e apoiar núcleos, associações e cooperativas artesais; e capacitar artesãos para o desenvolvimento da qualidade dos processos de produção e dos produtos, visando à preservação da cultura e à melhoria das condições de vida da comunidade.

A melhoria das condições de produção é conseguida com a estruturação física dos núcleos produtivos, do aprimoramento dos processos de gestão e da capacitação dos artesãos, fortalecendo a base social que consolida a sustentabilidade das comunidades.

Através das ações de fomento, em 2007, o Mauá esteve presente em 43 municípios, em 18 Territórios de Identidade. A dimensão geográfica do Estado e a sua diversidade cultural exigem uma preocupação ainda maior com as bases conceituais e metodológicas para as intervenções, registros e acompanhamentos.

Projetos de Apoio a Comunidades e Associações – A metodologia que vem sendo desenvolvida para as intervenções nas comunidades fundamenta-se no respeito às identidades culturais locais e na visão da comunidade como um todo, levando-se em conta as características sociais, econômicas e culturais específicas de cada local, assim como as especificidades dos processos de produção que expressam saberes e fazeres de cada grupo.

Foram desenvolvidas ações de diagnóstico, plano de trabalho, intervenção e acompanhamento, sendo que, durante cada etapa, são realizadas reuniões com a comunidade para a escuta das necessidades e tomada de decisões coletivamente.

Os projetos de Apoio a Comunidades na Produção de Artesanato – Ceta e de Apoio a Associações de Produção de Artesanato de Fundos de Pasto, desenvolvidos com recursos do Funcap, foram iniciados para realização de diagnóstico e planejamento com as comunidades e participantes. Para o desenvolvimento do projeto Fundos de Pasto foram definidas em reunião com as associações responsáveis pelos Centros de Produção: os capacitadores e facilitadores das próprias comunidades e o cronograma das atividades.

Em 2007 foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Aquisição de equipamentos para uso das associações;
- Definição e montagem de cinco centros de produção comunitários: Andorinha, Jaguarari, Monte Santo, Canudos e Oliveira dos Brejinhos (onze associações estão sendo apoiadas nesses cinco centros);
- Realização de feiras de artesanato nas regiões trabalhadas, como culminância do projeto;
- Apoio à comercialização da produção, por meio de compra direta do Mauá, participação em feiras de artesanato e parcerias com outras instituições; e
- Apoio à promoção e divulgação da cultura sertaneja, principalmente através da inserção das comunidades em feiras, mostras e exposições, no sentido de preservar e reproduzir essas práticas artesanais.

Quanto ao projeto Ceta, após as primeiras reuniões com representantes das comunidades integrantes do Projeto “Artesanato Identitário”, foram definidas somente duas (Dandá, em Simões Filho, e Misericórdia, em Itaparica), dentre as quatro que constituíam o projeto (Dandá/Simões Filho, Misericórdia/Itaparica, Azimbo/Imbassáí e Ilha de Maré) e efetuadas todas as capacitações previstas para 2007. Foram, também, realizados estudos sobre os símbolos e a identidade cultural local, assim como implementadas oficinas para o desenvolvimento de formas e funções, oficinas de capacitação técnica e oficinas de gestão solidária e viabilidade econômica.

Apoio à Formação de Associações e Núcleos de Produção Artesanal – Foram formadas seis associações e três núcleos de produção artesanal nos municípios de São Sebastião do Passé, Vitória da Conquista, Itapicuru, Lençóis, Santaluz, Santo Amaro, Boa Nova, Conde e Porto Seguro.

Apoio ao Núcleo de Produção de Bordados e Bandeiras – O Núcleo de Produção de Bordados e Bandeiras tem por objetivo a preservação e divulgação de técnicas tradicionais de bordados (richilieu, ponto cheio, ponto negrito, olho de pombo, matiz, dentre outras), principalmente na produção de enxovals de recém-nascidos e peças de cama, mesa e banho; e a preservação da tradição do Instituto Mauá como o principal produtor de bandeiras, flâmulas e estandartes artesanais.

Durante o ano de 2007, foram produzidas 448 peças de bordados, escoadas através das lojas do Mauá, e 137 peças, entre bandeiras, flâmulas e estandartes, fornecidas ao Governo do Estado, escolas, associações, etc.

Realização de Seminários – Foram realizados oito seminários com o objetivo de abrir um espaço de diálogo com as comunidades e divulgar as diretrizes de ação do Mauá. Participaram dos seminários 520 artesãos da capital e do interior, que foram cadastrados e receberam, durante o evento, as carteiras de artesão.

Treinamento de Artesãos – Em 2007 foram capacitados 880 artesãos, na capital e interior. Foram escolhidos, sempre que possível, mestres artesãos e agentes multiplicadores da própria comunidade como capacitadores, fazendo com que os investimentos fossem aplicados integralmente nas comunidades, contribuindo de forma ainda mais efetiva para a sua sustentabilidade.

Além disso, são observados os contextos ambiental, econômico, social e cultural, levando-se em conta aspectos como: composição da renda familiar, escolaridade, acesso aos serviços sociais básicos, buscando-se, a partir daí, parcerias com outras secretarias e instituições para a realização das ações transversais.

Por essas razões, os processos devem ser mais lentos, porém contínuos, propiciando uma verdadeira democratização das decisões, através da participação efetiva da comunidade e seu consequente empoderamento. Devem ser evitadas ações fragmentadas, tanto cronologicamente quanto em relação aos objetivos da própria instituição e quanto às ações transversais e de parcerias. Tal descontinuidade, mesmo quando em espaços de tempos relativamente curtos, podem significar o enfraquecimento da confiança e da integração entre comunidade e instituições.

8.3 PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Em 2007, mediante ações de apoio à comercialização das produções artesanais (participações em eventos e compra

direta), o Instituto Mauá, por meio da Gerência de Promoção e Comercialização, esteve presente em 49 municípios em 18 Territórios de Identidade.

Verificam-se poucos espaços para a divulgação e comercialização do legítimo artesanato baiano, especialmente o artesanato tradicional. A exemplo de outras capitais brasileiras, Salvador não possui um espaço permanente onde os artesãos possam vender diretamente ao cliente, possibilitando o barateamento do produto e geração de negócios a curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, o Instituto Mauá vem desenvolvendo diversas estratégias para dinamizar a promoção e comercialização do artesanato, visando especialmente à integração entre ações, com o apoio continuado à comercialização da produção das comunidades trabalhadas, através da participação em eventos e projetos com essa finalidade.

Foram investidos R\$ 291,9 mil, conforme demonstrado na Tabela 6, na compra de 31.650 peças artesanais, valor que representa um aumento de aproximadamente 61% em relação ao mesmo período do ano anterior. A compra direta das comunidades realizada pelo Mauá significa um importante canal de escoamento da produção artesanal, principalmente a de tradição do interior do Estado.

TABELA 6 **COMPRA DE ARTESANATO BAHIA, 2006/2007**

	2006	2007
Capital	56.592	119.872
Interior	112.101	172.025
TOTAL	168.693	291.897

Fonte: SETRE/Instituto Mauá/Gepar

Vale ressaltar a importância da nova política de compras de artesanato do Mauá, que privilegia o apoio a um número maior de artesãos, comprando-se mais peças de valores mais baixos e dando ênfase à produção do interior do Estado. Ainda que essa estratégia significasse por si só o aumento das compras em

número de peças, já que com o mesmo valor total atende-se a um número maior de artesãos, o aumento de 73% do valor investido em compras de artesanato em 2007, em relação a 2006, conforme já demonstrado anteriormente, representa um aumento significativo do apoio ao escoamento da produção artesanal, principalmente porque o esfriamento do setor turístico em 2007 refletiu-se na dificuldade de comercialização do artesanato enfrentada pelo setor, dificuldade em grande parte absorvida pelo Mauá em prol das comunidades artesanais.

Cerâmica, bordado, tecelagem, cestaria e trançados, tipologias características do interior do Estado são as mais procuradas pelo mercado, representando, juntas, 61% das peças vendidas, conforme Tabela 7 e Gráfico 8.

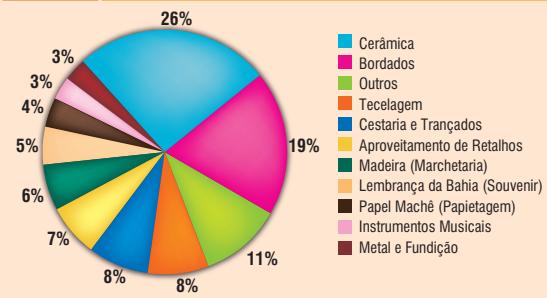
TABELA 7

VENDAS POR TIPOLOGIA ARTESANAL
BAHIA, 2007

TIPOLOGIA ARTESANAL	(Em R\$ 1,00)
VENDAS	
Cerâmica	71.359
Bordado	52.941
Cestaria e trançados	22.625
Tecelagem	22.221
Aproveitamento de retalhos	18.082
Madeira (marchetaria)	16.237
Lembrança da Bahia (souvenir)	13.404
Papel machê (papietagem)	10.122
Instrumentos musicais	8.337
Metal e fundição	8.196
Outros	30.777
TOTAL	274.301

Fonte: SETRE/Instituto Mauá/Gepar

GRÁFICO 8

VENDAS POR TIPOLOGIA ARTESANAL
BAHIA, 2007

Fonte: SETRE/Instituto Mauá/Gepar

Principais Eventos e Projetos – Realização de 36 eventos em 2007, atendendo a aproximadamente 1.300 artesãos da capital e do interior. Esses eventos representaram o número total das edições da Feira Baiana de Artesanato e da Feira de Inverno.

A Feira Baiana de Artesanato é uma das mais importantes ações de visibilidade, por acontecer em espaço aberto em área de grande circulação de visitantes, tendo como objetivo promover e comercializar a arte popular da Bahia, através do artesanato tradicional e contemporâneo, e ampliando as oportunidades de comercialização, propiciando a venda direta dos produtos entre artesãos e consumidores.

A Feira, que ocorria quinzenalmente de setembro a março, no Jardim dos Namorados, já consolidada como referência para comercialização do artesanato da capital e do interior, passou a acontecer no estacionamento do Shopping Aeroclube, a partir de outubro, visando-se a dar início a uma parceria com objetivo de integrar o Mercado Vivo de Artesanato, em 2008, projeto prioritário do Instituto Mauá ao plano de revitalização daquela área. No total, foram realizadas 26 edições da Feira Baiana de Artesanato.

No sentido de preparar os artesãos participantes das feiras do Mauá para os novos critérios que serão adotados no Mercado Vivo, principalmente quanto ao rigor na seleção do artesanato e quanto à qualidade e representatividade cultural das peças em exposição e venda, a Feira Baiana de Artesanato passou a ser organizada segundo esses critérios, a partir de outubro, assegurando-se assim um maior sucesso quanto ao cumprimento dos objetivos do projeto.

Entre abril e setembro, as chuvas e ventos fortes típicos do período inviabilizaram a realização da Feira Baiana de Artesanato em área aberta na orla da cidade. Por essa razão, o Mauá promoveu, pela primeira vez, uma Feira de Inverno, alocada na Cabana da Barra, do Clube Naval, evento que permitiu a continuidade do apoio do Mauá à divulgação, promoção e escoamento da produção dos artesãos na baixa estação. Foram realizadas dez edições da Feira de Inverno, beneficiando diretamente 54 artesãos.

Além das Feiras, outros projetos, como Artesanato nas Empresas e Artesanato no Center Lapa, também têm sido de grande importância para a divulgação do artesanato baiano e amplia-



ção dos canais de escoamento das produções artesanais, especialmente das comunidades do interior do Estado, que sempre enfrentam uma maior dificuldade para a comercialização dos seus produtos, principal entrave nessa cadeia produtiva.

O Projeto Artesanato nas Empresas foi realizado em oito empresas/instituições: Braskem, Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, FIB, Centro Universitário, Faculdades Olga Mettig, G. Barbosa, Coelba, Othon Hotel e Transal – Charente Maritime.

O Instituto Mauá participou dos seguintes eventos, levando artesãos e associações, selecionados por sorteio, e produtos artesanais para comercialização e divulgação: Feira International de Cultura e Artesanato (Feincartes Bahia), em Salvador; 16ª Brazilian Tourism Mart (BNTM) e VIII Feira de Negócios do Artesanato, em Pernambuco; Feira International de Cultura e Artesanato, no Espírito Santo; Feira de Artesanato para Encontro Anual, em Sauípe, no município de Mata de São João; I Feira de Engenho das Artes Populares e Encontro de Economia Baiana, ambos em Salvador; Feira Cultural do Armazém Brasil, em Lauro de Freitas; e Congresso Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), no Rio de Janeiro.

Comunidades artesanais participantes dos eventos – A integração dos setores de fomento e comercialização possibilitou a diversificação das comunidades participantes dos eventos, respondendo à Diretriz Estratégica Territorial que orienta a política para o artesanato proposta pelo Instituto Mauá, de dinamizar os diferentes Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Os seguintes municípios/comunidades participaram dos eventos de comercialização: Morro do Chapéu, Maragogipinho, Nova Soure, Irará, Valente, Iaçu, Ibiquera, Indiara/Camaçari (comunidade indígena), São José da Vitória, Monte Santo, Paulo Afonso, Baixios, Esplanada, Rio de Contas, Maraú, Jequié, Luís Eduardo Magalhães, (comunidade indígena Kiriri), Itagi, Camaçari, Cachoeira, Serrinha, Ilha de Maré, Jeremoabo, Lagoa Redonda, Santa Cruz Cabrália (comunidade indígena Pataxó – Coroa Vermelha).

O Instituto Mauá estimula e prioriza a participação de associados e cooperativas nos eventos, com vistas ao estímulo à auto-sustentabilidade e autogestão das comunidades produtoras, assim como a um maior efeito multiplicador do apoio ao escoamento da produção.

As associações ou projetos sociais sem fins lucrativos participantes deste ano foram a Associação de Produtores de Artesanato da Bahia, Inspirart, Bem Bahia, Cultuart, Cooperativa de Jovens Artesãos, Catart, Projeto Crescer, Projeto Juliano Moreira, Projeto Horizonte, Projeto Capaz, Escola Aberta Marquês de Maricá, Projeto Catar, Projeto Avante, Pangea, Projeto de Artesanato da Fundação José Silveira, Projeto Escola Alcance, Projeto Smec, Projeto Escola Clínica Evolução, Projeto Escola Luís Eduardo Magalhães, Projeto Abae, Projeto NACPC.

Visando a uma comunicação mais efetiva tanto com o artesão quanto com o público, foram estabelecidas algumas estratégias e instrumentos de comunicação e avaliação, que têm contribuído efetivamente para a transparência e democratização dos processos e decisões. São eles:

- Eleição de representantes para cada segmento artesanal;
- Reuniões periódicas com os representantes dos segmentos, abertas à participação de todos os artesãos;
- Formulário de avaliação para artesãos e visitantes das feiras; e
- Sorteio para participação das associações em feiras fora do Estado.

Elaboração de documento sobre Normas e Procedimentos de Rotina – Com o objetivo de normatizar e socializar os procedimentos de rotina, esclarecendo quanto às competências e funções de cada setor, os principais resultados foram: a

limitação do poder discricionário dos funcionários por meio de regras e regulamentações; o aumento da probabilidade de comportamentos inadequados serem detectados; e o fortalecimento do cumprimento das regras existentes.

Combate à corrupção – Durante o ano de 2007 foi desenhada uma estratégia anticorrupção que gerou um guia de procedimentos para execuções claras e socializadas aos servidores envolvidos nos processos, tendo como principal objetivo a modificação das condições que viabilizam práticas corruptas, tendo como resultados a criação e o fortalecimento de mecanismo de prevenção e controle dos processos, especialmente de compras, havendo a centralização no setor de compras, respeitando-se os procedimentos legais: licitação, Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (Simpas) e Pregão Eletrônico, além do aumento do controle e acompanhamento dos gastos.

Capacitação – Recursos humanos e materiais são combinados para desenvolver processos. Os desafios não são pequenos, posto que os meios tornam-se mais escassos, enquanto as necessidades crescem e se transformam. As capacitações têm como objetivo aprimorar e desenvolver as competências dos funcionários para uma maior eficiência na realização das funções, gerando uma maior satisfação e segurança na realização das tarefas, melhoria do atendimento e participação na elaboração dos processos. As capacitações realizadas para o aprimoramento da gestão no ano de 2007 foram: Compra Eletrônica, Licitação, Informática Básica e Manutenção.

8.4 PROJETOS EM ANDAMENTO

Mercado Vivo de Artesanato – O objetivo geral do Projeto Mercado Vivo de Artesanato é manter um espaço alternativo para divulgação, promoção e comercialização do artesanato baiano e da cultura popular – música, folclore, culinária –, gerando trabalho e renda para aproximadamente 200 artesãos diretamente e mil pessoas indiretamente. Os seus objetivos específicos são:

- Selecionar os artesãos participantes da feira seguindo critérios previamente definidos pelo Instituto Mauá;
- Oferecer aos participantes do Mercado Vivo orientações para aumento da eficiência na venda direta ao consumidor e a geração de negócios;
- Promover e apoiar exposições temporárias de artesanato e arte popular;

- Promover e apoiar apresentações de diversas expressões culturais;
- Promover demonstrações do fazer artesanal (renda, tecelagem, cestaria, etc.); e
- Realizar avaliações periódicas para diagnóstico dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

Neste momento, o projeto encontra-se em fase de confirmação do espaço definitivo para implantação. A escolha do local deve considerar a visibilidade e a beleza paisagística da área, assim como as condições de infra-estrutura, serviço de manutenção e limpeza e condições de segurança, no sentido de reduzir os custos de implantação e manutenção do projeto. Também devem ser consideradas questões como a proximidade da rede hoteleira, de roteiros turísticos, centros comerciais e de lazer, etc., que assegurem um fluxo constante de turistas e público ao local. Alguns locais foram avaliados: Espaço Público no Jardim dos Namorados, Espaço Jequitaia, Forte Santo Antônio, Forte da Lagartixa, Forte São Diogo, Armazém da Codeba, Shopping Aeroclube e Parque Joventino Silva (Parque da Cidade). Porém, como já mencionado anteriormente no item de realização de eventos, estes objetivos específicos já estão sendo atingidos através das constantes realizações das feiras de artesanato.

9. ESPORTE E LAZER

A Coordenação de Esporte da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, criada em 2005, é uma estrutura cuja responsabilidade maior é desenvolver políticas públicas para o Estado da Bahia. Até então, ela constava no regimento, porém, de 2005 ao final de 2006, não tinha apresentado nenhum tipo de resultado, até porque não existia orçamento para essa estrutura. A Coordenação de Esporte existia de fato e de direito, entretanto, desfrutava de pouca legitimidade na comunidade esportiva. Além disso, existia um espaço propício à sobreposição de ações com a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb) em virtude da ausência de planejamento. O desafio do atual governo foi estabelecer objetivos claros e um planejamento que conseguisse concretizá-los.

Assim, durante os primeiros meses foram tomadas medidas como: inserção da coordenação no calendário desportivo do Estado; construção de uma relação com a comunidade esportiva; estabelecimento de objetivos e formulação do planejamento; e,

finalmente, Inserção da Coordenação de Esporte no Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2008-2011.

A coordenação passou então a nortear suas ações tendo em vista a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do esporte com ênfase no social, com a prática esportiva e de lazer tendo como finalidade a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde e o desenvolvimento intelectual e humano.

9.1 PROGRAMA FAZ ATLETA

Em 2007, foram aprovados 89 projetos pelo Programa Faz Atleta, totalizando R\$ 2,8 milhões, para incentivo e investimento em ações como apoio financeiro a atletas e realização de eventos, como evidencia a Tabela 8.

TABELA 8

PROGRAMA FAZ ATLETA – PROJETOS APROVADOS BAÍA, 2007

(EM R\$ 1.000,00)

MODALIDADE DE PROJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	INCENTIVO
Atletas	69	1.647	1.318
Construção	01	510	408
Equipes	03	177	142
Eventos	16	1.180	944
TOTAL	89		2.812

Fonte: SETRE/ Programa FazAtleta

Em 2007 foi realizado, em Salvador, o Simpósio Estadual de Esporte e Lazer na Geração de Emprego e Renda, com a participação de representantes de 57 municípios. Este evento reuniu 250 pessoas, entre gestores municipais, federações, instituições de ensino superior, academias, atletas, para-atletas, coordenadores e monitores do Programa Segundo Tempo, debatendo a importância do esporte e lazer para a geração de emprego, renda e riqueza, através de temas como: O Esporte no Perfil dos Municípios Brasileiros; Leis de Incentivo Federal e Estadual; Impactos Econômicos dos Grandes Eventos; A Cadeia Produtiva do Esporte; e Mercado de Trabalho para o Profissional do Esporte. Além disso, promoveu a discussão de elementos para estabelecimento de uma estratégia econômica do esporte e lazer, dentro da perspectiva de elaboração de uma política estadual de esporte.



9.2 OUTROS PROJETOS

Triathlon Baía de Todos os Santos – Com investimento total de R\$ 88,7 mil, num convênio intermediado pela SETRE entre o Ministério do Esporte e a Federação Baiana de Triathlon (Febatri), o evento contou com a participação de 120 atletas de categorias de 14 a 69 anos, com revezamento, e maratona kids (7 a 13 anos). A prova cobriu o percurso Comércio–Barra, em Salvador, tendo formato olímpico: 150 metros de natação, 40 km de ciclismo e 10 km de atletismo.

Capacitação de Gestores do Esporte, Lazer e Atividade Física – O Governo do Estado firmou convênio com o Ministério do Esporte para o Projeto de Capacitação dos Gestores do Esporte, Lazer e Atividade Física. Contando com aporte de R\$ 300 mil, o projeto beneficiará aproximadamente 60 municípios, contemplando o desenvolvimento das políticas locais e capacitando os gestores, propiciando-lhes a potencialização de suas ações e autonomia para gerir e pleitear recursos públicos e privados. Cerca de 300 gestores implantarão e acompanharão o projeto nos municípios-pólos a serem contemplados: Juazeiro, Guanambi, Alagoinhas, Salvador, Itabuna/Ilhéus e Seabra.

Programa Segundo Tempo

Com a intermediação da SETRE, foi assinado um convênio entre a Fazenda de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAM/FS) e o Ministério do Esporte. O convênio firmado tem

como eixo o esporte de inclusão social e garantirá a prática esportiva, material esportivo e lanche a mais de 60 mil crianças, distribuídas em mais de 120 municípios. O valor do convênio é de R\$ 7,2 milhões, com contrapartida de R\$ 580 mil do Governo do Estado. Esse aporte financeiro será aplicado durante os 12 meses de implementação do Programa.

Para dar início à capacitação dos 150 coordenadores contratados para o programa, foi realizado um seminário em outubro. Já em relação a Salvador, o programa contou com uma reunião de dezenas de lideranças comunitárias, quando foram discutidas as bases para implantação do programa na capital.

A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – Sudesb, autarquia vinculada à SETRE, destaca-se no apoio técnico e

financeiro para construção e reforma de equipamentos esportivos, recreativos e culturais de interesse comunitário, na capital e no interior do Estado, bem como na prestação de ajuda técnica e financeira ao esporte amador.

Cumprindo com um dos principais pontos do atual governo, o envolvimento e a participação da sociedade civil, a Sudesb realizou, em fevereiro, encontros com as entidades representativas do esporte e do lazer no Estado, ou seja: federações esportivas; instituições de nível superior; organizações não-governamentais; ligas esportivas; secretarias municipais de esporte e lazer e clubes e sindicatos esportivos. Nos encontros foram ouvidas as reivindicações e sugestões e elaborado um diagnóstico do estágio do Esporte na Bahia. O trabalho serviu para subsidiar o planejamento do Esporte e Lazer do Estado.





Participaram destes encontros: 49 federações esportivas; 12 instituições de nível superior; 56 ONG e ligas esportivas; 32 secretarias municipais de Esporte e Lazer e seis clubes e sindicatos esportivos.

Foi identificado que a maior dificuldade de atendimento aos pleitos das entidades é de ordem legal, visto que a legislação exige uma série de documentos que as entidades não possuem ou estão em inadimplência perante os governos federal e estadual. As entidades estão cientes da importância de se adequarem às exigências legais, de forma a poderem firmar convênios com a Superintendência dos Desportos ou qualquer outro órgão estadual. Muitas das entidades participantes afirmaram que nunca haviam sido convocadas para discutir o esporte na Bahia e que este tipo de ação deveria ser constante.

Diversas ações foram desenvolvidas pela Sudesb em 2007, visando a uma maior aproximação entre a sociedade e o governo, geração de emprego e renda, promoção de qualidade de vida e fomento à formação e ao desenvolvimento dos atletas baianos. Destacam-se:

Programa de Iniciação Esportiva e Promoção da Atividade Física e da Saúde – Escola de Esportes – Conhecido carinhosamente por “Escolinha de Esporte”, este programa contempla o atendimento às crianças, adolescentes, idosos e deficientes, buscando aprimorar as habilidades para o desporto, melhorar a qualidade de vida, reduzir o risco social e oportunizar a participação dos segmentos em alternativas de lazer e integração social. Tem como objetivo oferecer à comu-

nidade programas de educação, saúde e lazer, por meio de atividades esportivas, com foco nos aspectos socioeducativos, viabilizando a participação do cidadão e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do índice de desenvolvimento humano.

Em 2007, as escolinhas de esportes da Sudesb completam 25 anos, e ao longo desse período já atendeu cerca de 110 mil pessoas, e se consolida como um dos programas de maior sucesso executado pela Sudesb.

Neste ano houve um diferencial na Escola de Esportes: a obrigatoriedade de inscrição na modalidade natação. Em anos anteriores, as matrículas eram separadas e, dessa forma, muitos ficavam sem acesso a esta atividade, que além de saúde é uma questão de segurança, uma vez que nossa cidade possui uma orla bastante extensa e, assim, saber nadar é uma questão de sobrevivência. Com o advento da natação como atividade obrigatória, os alunos puderam optar pelo aprendizado e prática de outra modalidade, o que lhes proporcionou a ampliação de movimento e prática do esporte e da cultura corporal do movimento.

As vagas gratuitas foram oferecidas nos núcleos esportivos da Fonte Nova, Centro Esportivo Armando Oliveira, Pituaçu e ACM Brasil (Liberdade) e as aulas foram ministradas por profissionais qualificados em Educação Física. Entre as diversas modalidades oferecidas na Vila Olímpica da Bahia (Fonte Nova) estão: ginástica artística, ginástica rítmica; atletismo, canoagem, full contact, judô, karatê, boxe, handebol, basquete, futebol de campo, futsal e voleibol. Para a terceira idade foram oferecidas: ginástica geral, dança de salão, tai chi chuan e yoga.

No núcleo ACM Brasil (Liberdade), foram oferecidas aulas de capoeira, judô e karatê; em Pituaçu, futebol e atletismo; e no Centro Esportivo Armando Oliveira futebol, futsal, vôlei, basquete e handebol.

A Escola de Esportes atendeu cerca de 3,5 mil crianças e adolescentes, 1,7 mil idosos e 251 deficientes por mês no município de Salvador. A Escola de Esportes é um programa bem aceito na capital, sendo necessária a sua interiorização, de forma a garantir maior acesso da população baiana ao esporte e ao lazer.

Para ampliação das ações deste programa faz-se necessária a parceria com as prefeituras municipais, para que o fomento à atividade esportiva se consolide em nosso Estado.

Projeto Esporte & Lazer de Todos Nós – CSU Nordeste –

Tendo em vista a determinação do Governo do Estado por soluções efetivas de combate à pobreza e seus efeitos sobre a sociedade baiana, foi criado o projeto Esporte & Lazer de Todos Nós, implantado no Centro Social Urbano – CSU do Nordeste de Amaralina, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, onde 1,1 mil crianças e adolescentes, 536 adultos e 86 idosos praticaram, duas vezes por semana, pela manhã ou à tarde, 12 modalidades esportivas em vias e equipamentos públicos, nas associações comunitárias, nas escolas do bairro e, principalmente, no Centro Social Urbano local.

Antes da implantação do projeto ocorreu debate com a comunidade acerca das modalidades mais demandadas, eliminando as que não correspondiam à cultura local e ampliando a oferta de vagas para as que realmente eram de interesse, como o boxe e a natação na praia.

O projeto tem por mérito a expansão das atividades culturais já executadas pelo CSU, através da agregação da prática sistemática e ordenada do esporte e lazer, associada aos princípios do desporto. Caracteriza-se pela promoção de atividades esportivas para crianças e adolescentes e pessoas acima de 18 anos.

O Esporte & Lazer de Todos Nós beneficiou a população dos bairros de Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho.

As atividades oferecidas, preferencialmente a estudantes da rede pública entre 07 e 17 anos, foram futebol, voleibol, karatê, jiu-jitsu, boxe, capoeira, full contact, surf e natação na praia; os adultos e idosos receberam aulas de ginástica, tai chi chuan e dança de salão.

A Sudesb realizou, tanto para os profissionais envolvidos com a Escola de Esportes quanto para os do Projeto Esporte & Lazer de Todos Nós, seminário de capacitação e conhecimento do desporto oferecido, além do tipo de clientela atendida, incluindo-se aí as pessoas com deficiência e idosos. Uma vez

ao mês foram realizadas palestras com professores visitantes, que expunham estudos sobre Ética, Desporto, Metodologia, Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso, dentre outros assuntos pertinentes.

Copa 2 de Julho de Futebol Sub-17 – Projeto que reuniu atletas de 14 a 16 anos, integrantes das categorias de base mantidas pelos clubes de futebol do país. Para a realização do evento, a Sudesb buscou as prefeituras municipais de São Sebastião do Passé, Feira de Santana, Simões Filho, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Alagoinhas, Amélia Rodrigues e Porto Seguro, bem como com a Fundação de Amparo ao Menor de Feira de Santana e a Federação Baiana de Futebol (FBF) e encontrou grande receptividade, fato que se constituiu no diferencial da competição pela hospitalidade que é característica do baiano e pelo baixo custo para o Governo do Estado da Bahia, que arcou com apenas 10% do custo total do evento, contando com a participação de 24 equipes.

Além de pioneiro, o evento teve visibilidade nacional. A Copa tem um viés social de grande importância, por representar excelente oportunidade para a revelação de novos talentos do futebol, em particular os atletas baianos, e propiciar a projeção deles no cenário esportivo nacional e internacional, assegurando emprego e renda para a grande maioria dos participantes.

Foi uma experiência em que a Sudesb pode mostrar, com sucesso, como funciona uma parceria perfeita entre Governo do Estado, prefeituras e iniciativa privada.

Copa do Caju – Evento da modalidade futebol de campo, que reuniu atletas dos municípios do sertão baiano. Teve como objetivos a difusão da prática desportiva nas comunidades; o fomento à prática do esporte na Bahia; a promoção, integração e socialização dos participantes, bem como das comunidades envolvidas, e o fortalecimento do diálogo da Sudesb com os gestores municipais e dirigentes esportivos, buscando o fortalecimento das instituições.

A competição trouxe um diferencial de qualidade, pois cada equipe tinha 50% de atletas com idade até 20 anos e 50% de atletas acima dos 21 anos. Isto possibilitou a revelação de novos talentos e a entrada desses no mercado de trabalho, além de dar oportunidade de participação em competições a

atletas cuja faixa etária lhes remete à prática do esporte como atividade de lazer.

Participaram da primeira edição da Copa as cidades de Cipó, Ribeira do Pombal, Tucano, Nova Soure, Jeremoabo, Adustina, Banzaê e Cícero Dantas, contando com a colaboração das prefeituras municipais e o apoio da Federação Baiana de Futebol e da Polícia Militar.

Jogos Escolares da Bahia e Olimpíadas Escolares – Realização da Sudesb, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado e a Federação Baiana do Esporte Escolar.

Jogos Abertos do Interior – Evento promovido em parceria com os municípios participantes, reuniu 70 equipes do interior baiano numa disputa dividida em quatro zonais, envolvendo aproximadamente 850 atletas, 70 técnicos, 20 árbitros e 87 mil pessoas assistindo diretamente às competições.

Os Jogos Abertos são uma maneira de despertar, estimular e desenvolver o esporte em todo o interior do Estado. Este ano, a Sudesb conseguiu com os Jogos Abertos do Interior unir quatro vezes mais competidores que em 2006.

Portões Abertos – O programa trouxe alegria para os jovens e as crianças da capital. A “Vila Olímpica de Portões Abertos” deu a chance aos garotos de pisarem no gramado da Fonte Nova, onde atuaram ídolos como Osni, Mário Sérgio, Douglas e André Catimba. Contou com a participação de mais de 950 crianças e jovens, de ambos os性os, e consistiu na realização de um pequeno *tour* pelas dependências da Fonte Nova, Ginásio Antônio Balbino e do Parque Aquático, mostrando o conjunto de equipamentos esportivos sob o controle do Governo do Estado, incentivando os garotos a praticarem esporte. Todas as segundas-feiras os estudantes eram recebidos na Tribuna de Honra da Fonte Nova e percorriam as cabines de imprensa e do governador; os vestiários dos jogadores; o campo de futebol; a quadra de esportes do Balbininho e as piscinas olímpica e semi-olímpica. No final eram recebidos pelo diretor-geral da autarquia.

Cessão de Uso de Equipamentos Esportivos – A cessão de cinco embarcações de canoagem para a Prefeitura Municipal de São Félix foi uma das primeiras ações da Sudesb. Os

equipamentos foram disponibilizados para os alunos da escolinha e atletas de canoagem do recôncavo baiano. Foram cedidos dois barcos-escola e três barcos K1 olímpicos importantes para o desenvolvimento da canoagem na região e para a formação de futuros campeões.

A Sudesb também equipou os ginásios de esportes de Teixeira de Freitas e Senhor do Bonfim com novos placares eletrônicos.

Apoio a Atletas e Federações – Uma grande dificuldade encontrada pela maioria dos atletas em nosso Estado é a carência de recursos para participação em eventos esportivos, os quais são importantes para o desenvolvimento na busca por um bom desempenho nas competições.

Ciente desta realidade, a Sudesb vem procurando apoiar as federações e associações desportivas, viabilizando a realização de competições e eventos locais e a aquisição de passagens para os atletas representarem a Bahia em competições fora do nosso Estado.

Em 2007, a Sudesb enviou diversas delegações para disputa de jogos, representando a Bahia. Três atletas do Instituto de Cegos da Bahia (Charles Coutinho, Eduardo Santana e Scharles Dean) participaram da 1ª Etapa Nacional de Natação. A autarquia disponibilizou as passagens aéreas e um *kit* de agasalhos para cada nadador.

Através do programa Faz Atleta enviou a seleção baiana de natação para disputa do Troféu Milton Medeiros, em Pernambuco, nas categorias infantil, juvenil e júnior/sênior, em Recife.

Também enviou o atleta baiano Igor Costa Santos para participar do Campeonato Mundial de Triathlon realizado na Alemanha.

Para a Copa do Pacífico, na cidade de Cali/Colômbia, seguiram os baianos Luiz Alberto Brito (Luizinho Bala), Felipe Farias, Igor Santana, Thales Leite, Moyra Wanderley e Yandra Marques, formando a delegação de natação do Nordeste, convocada pela Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos – CBDA.

A Sudesb também colaborou na realização da 3ª edição da Copa ABS de Bicicross, na Pista Municipal Tertuliano Torres, na praia do Corsário, quando cerca de 70 atletas de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Jequié estiveram presentes.

Participação no Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia – Etapa Salvador, com uma dupla formada por Ivanise e Ana Paula. As duas reconheceram que a afinção e a sintonia estão se formando dentro e fora das quadras, com as viagens constantes e os treinamentos diários.

A delegação de boxe, com 27 participantes, disputou em Ceilândia (cidade satélite de Brasília) o 62º Campeonato Brasileiro de Boxe Olímpico e o 5º Campeonato Brasileiro de Boxe Feminino. A maioria retornou com medalhas e troféus e muitos foram pré-selecionados para as Olimpíadas de Pequim e o Mundial de Boxe Feminino.

Ainda nesta filosofia de estimular todas as modalidades esportivas, sem distinção, a Sudesb abriu o Ginásio de Esportes Antônio Balbino para a 2ª Etapa do Campeonato Baiano de Jiu-Jitsu, com a participação de mais 600 atletas de todo o Estado e de outros Estados do Nordeste. As lutas, numa média 1,2 mil por final de semana, foram realizadas em quatro áreas de competição de forma simultânea.

Inúmeras associações e federações baianas procuraram a Sudesb em busca de apoio para elevar o nome do esporte baiano nas suas mais diversas modalidades e todas receberam algum tipo de colaboração ou ajuda.

Maratonas Aquáticas – Realização em parceria com a TV Itapoan e a Federação Baiana de Desportos Aquáticos – FBDA, da 2ª edição do Revezamento a Nado Farol de Itapoan-Porto da Barra. Esta prova teve por finalidade fomentar a prática do esporte junto à comunidade baiana e, principalmente, ratificar a posição de Salvador na vanguarda das maratonas aquáticas. Participaram 11 equipes com cinco atletas cada, um dos quais portador de deficiência e que se constituiu num marco desta modalidade da natação, a maior do segmento no Brasil.

Além dessas ações, a Sudesb apoiou as seguintes entidades:

- Federação Baiana de Culturismo, no Campeonato Baiano Estreante de Musculação e Fitness;
- Associação Feirense de Atletas Corredores, na corrida Carrasco D'aventura;
- Associação Cultural Gueto, na Copa Mundial Camará, de capoeira;

- Associação de Capoeira de Lauro de Freitas, no Campeonato Baiano de Musculação Atlética;
- Creche Escola Comunitária Criança Feliz, no I Jogos Comunitários da Bahia;
- Associação de Capoeira de Lauro de Freitas – Itinga, no Encontro de Capoeira/batizado;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador, no projeto Brincadeira é Coisa Séria;
- Federação Baiana de Desporto de Participação, no evento Xô Preguiça;
- Associação Rhataplan, na competição Triathlon Baía de Todos os Santos;
- Município de Itagi, no projeto 10 em Tudo; e
- Associação Beneficente Educação, Arte e Cidadania, no projeto de Educação de Excelência Esportiva e Lazer.

9.3 ESPORTE E OPORTUNIDADES PARA A BAHIA

Em outubro, o Governo da Bahia preparou o Terminal Náutico da Bahia para receber quatro regatas internacionais: Clipper Race, Mini Transat 6.50; Transat Jacques Vabre e Rally des Iles du Soleil. As regatas contaram com o apoio do Governo do Estado, por meio da Superintendência dos Desportos, com impermeabilização de jardins, mudanças de pisos, recuperação do salão de imprensa, revisões elétrica e hidráulica e do píer de atracação dos veleiros.

A realização de regatas de grande porte na Baía de Todos os Santos gerou oportunidades de emprego e geração de renda.

Para a realização e apoio às regatas internacionais Transat 6.50 e Jacques Vabre, a Sudesb firmou contrato com a Federação Baiana de Esportes Náuticos – Feneb, sendo que a primeira trata-se de um evento internacional que acontece desde 1977 e reúne, a cada dois anos, velejadores de todos os continentes.

Em 2007, foi realizada a 30ª edição da regata, com partida em setembro do Fort-Boyard, França, em direção ao Brasil, onde a regata acontece desde 2001 e será a quarta vez que Salvador é o destino final. Houve a participação de 18 nacionalidades, apresentando 84 concorrentes, dentre os quais dois brasileiros.

Os resultados alcançados foram: divulgação das potencialidades da Baía de Todos os Santos para abrigar eventos

náuticos, com a realização de uma regata internacional; incentivo ao crescimento e aquecimento da economia e divulgação da cultura do Estado da Bahia, com o acolhimento de eventos náuticos de porte nacional e internacional. Socialmente, permitiu a participação popular no evento, com os alunos de 6 a 15 anos de escolas públicas do Estado, que fizeram desenhos para serem colados nas velas dos barcos, com o tema "O Sol", visando à defesa do meio ambiente, e que foram vistos por todo o mundo durante a transmissão da regata.

A regata Transat Jacques Vabre 2007, considerada a "fórmula um dos mares", é feita em percurso oceânico entre o continente europeu e o sul-americano, atraindo os maiores velejadores do mundo pelo seu espírito de aventura e desafio náutico. Neste ano o evento quebrou seu recorde de número de participantes: 43 barcos se inscreveram para participar de uma das mais difíceis regatas em dupla a cruzar o Atlântico.

O Governo do Estado, para recepcionar regatas desse porte em conjunto com a Prefeitura de Salvador, criou a 'Vila das Regatas' visando dotar a cidade de um espaço programado e equipado para receber grandes eventos náuticos. Contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Salvador, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Secretaria da Cultura, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria do Turismo, através da Bahiatursa e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac, demonstrando a intersetorialidade necessária para que um evento de desse porte seja realizado.

9.4 QUALIFICAÇÃO ESPORTIVA

Projeto Clínicas de Desportos Paraolímpicos – Iniciativa da Sudesb integrando o processo de implantação das Políticas Setoriais de Esporte e Lazer da Bahia, o projeto foi voltado para minimizar as dificuldades enfrentadas por portadores de necessidades especiais e pessoas com deficiência, sobretudo no interior do Estado, onde quase não há profissionais especializados, por meio de ações que possibilitaram a formação de um quadro de recursos humanos aptos para atuar na difusão do paradesporto no Estado.

O projeto visa fomentar a prática esportiva de diversas modalidades, com ênfase na participação e lazer, principalmente nos municípios menores, nos quais é grande a carência de pessoal qualificado, promovendo a inserção social desse segmento e incentivando os municípios a promoverem seus eventos.

A primeira clínica teve a duração de 20 horas/aula e abordou temas como atletismo adaptado, basquetebol sobre rodas, capoeira para portadores de deficiência, futebol de cinco e natação para deficientes, com 25 participantes vindos de prefeituras municipais e entidades representantes dos portadores de deficiência e necessidades especiais.

Projeto Educação Esportiva e Cidadania – Realizado em parceria com as prefeituras e associações, integrando as políticas setoriais de esporte e lazer, ora em fase de implantação na Bahia, com vistas a atender às comunidades com atividades desportivas, de acordo com as metas estabelecidas pelo Plano Plurianual.

As ações são contempladas por meio de atendimento às crianças, adolescentes, pessoas da maior idade e com deficiência, buscando aprimorar as habilidades para o desporto, melhorar a qualidade de vida, reduzir o risco social, oportunizando a participação dos segmentos em alternativas de integração social.

A operacionalização das ações está pautada em metodologias específicas, tendo o viés social como base, e aproveitando o potencial socioeducativo que o esporte e o lazer oferecem e tem como meta contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do índice de desenvolvimento humano, bem como reduzir o índice de delitos juvenis em 30%, até dezembro de 2010.

9.5 CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

Foram realizados serviços de manutenção e reforma em setores da autarquia e em áreas do Estádio Octávio Mangabeira, Ginásio de Esportes Antônio Balbino, Terminal Turístico Náutico da Bahia, Vila Olímpica da Bahia, Ginásio de Esportes Armando Oliveira, Centro Cultural ACM Brasil, Estádio de Pituaçu e Ginásios de Esportes do interior do Estado da Bahia.

Em 2007 foram realizadas 85 vistorias em obras referentes aos Convênios de Ajuda Financeira e Cooperação Técnica firmados em 2005 e 2006. Os valores dos projetos foram revistos e houve a inclusão no *portfólio* de projetos a construção de piscina semi-olímpica.

Foram firmados 43 Convênios de Ajuda Financeira e Cooperação Técnica para a construção de quadras poliesportivas descobertas (33), quadras poliesportivas cobertas (1), piscinas semi-olímpicas (3) e reforma ou ampliação de equipamentos esportivos (6), perfazendo um total de R\$ 5 milhões investidos em obras nos municípios de: Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Irecê, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso, Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Candeias, Lauro de Freitas, Campo Formoso, Presidente Tancredo Neves, Nova Redenção, Ipirá, Tapiramatá, Itiruçu, Cipó, Cafarnaum, Itiúba, Miguel Calmon, Ibicuí, Pintadas, Cocos, Pindobaçu, Uibaí, Paramirim, Santa Maria da Vitória, Maracás, Ouricangas, Itagi, Cândido Sales e Mutuípe.

10. AÇÕES DO FUNCEP

O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcap, atualmente integrando a estrutura da Casa Civil, tem como objetivo possibilitar a implementação de políticas sistemáticas e integradas, que permitam a transferência, aos mais pobres, do capital necessário para que superem as dimensões em que se encontram e adquiram autonomia e sustentabilidade.

Como parte do fortalecimento da participação do diálogo social no processo de construção das políticas públicas de combate à pobreza, foi reestruturado o Conselho de Políticas de Inclusão Social, cuja primeira reunião foi realizada no dia 16 de maio. Nesta reunião, foi proposta pelo Funcap e aprovada pelo Conselho, a ampliação da participação da sociedade civil na composição do Conselho, de três para seis membros. Os referidos membros integram Conselhos escolhidos pela representatividade junto aos segmentos potenciais beneficiá-



rios de ações de inclusão social, compreendendo os seus aspectos socioeducativos, gerador de trabalho e renda e nutricional, podendo contribuir significativamente para a formação e sustentação das políticas públicas estruturantes, voltadas para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento social.

Com base nas linhas prioritárias de ação das secretarias no programa do Governo, a diretoria do Funcap priorizou ações de caráter estruturante, transversais, que estimulam a produção de riquezas, a emancipação das comunidades e o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Para tanto, foram definidos os seguintes eixos estratégicos de atuação: a transferência de capital físico-financeiro;

o fortalecimento do capital humano e a promoção do capital social.

Sob essa perspectiva, as linhas de investimento com recursos do Funcap eleitas como prioritárias são: Programa Luz para Todos, Programa Água para Todos, Geração de Renda com foco na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Incentivo à Pesca, Aumento da Escolaridade, além de ações compensatórias e inclusivas, entre elas de Segurança Alimentar, que atendam as pessoas em situação abaixo da linha de pobreza.

O Funcap promoveu reuniões com as secretarias setoriais, objetivando uma maior sinergia nas ações financiadas com recursos do Fundo, destacando-se as relacionadas no Quadro 1.

QUADRO 1

ARTICULAÇÕES ENTRE AS SECRETARIAS BAHIA, 2007

SECRETARIAS E ÓRGÃOS SETORIAIS	AÇÕES
SEAGRI/Suaf – SEMARH/Cerb	Recuperação dos sistemas de abastecimento de água na área do Programa Sertão Produtivo.
SEMARH/Cerb – SEAGRI/Bahiapesca	Fomento à piscicultura no semi-árido como alternativa para aproveitamento de resíduos de dessalinizadores.
SETRE – SEDES	Encaminhamento dos egressos do Programa Jovens Baianos para os programas de qualificação, visando à inserção no mundo do trabalho.
SEAGRI/Suaf – SEDES	Atividade conjunta nos Centros Públicos de Economia Solidária.
SEAGRI/Suaf – SICM/ Sudic	Parceria entre o Projeto Indústria Cidadã e o Sistema de Comercialização para a Agricultura Familiar.
SEINFRA – SEDIR/CAR	Integração entre o fornecimento de energia elétrica e demandas nas áreas do Programa Produzir.

Fonte: Funcap

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FUNDAC
BAHIA, 2007

AÇÃO	AÇÕES IMPLANTADAS CARACTERIZAÇÃO
Pronto Atendimento Salvador e Feira de Santana	<p>Atendimento Inicial prestado aos adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional encaminhados à Unidade de Pronto Atendimento (PA) pela Delegacia Especializada para Adolescente Infrator (DAI) e/ou por comarcas do interior e de outros Estados.</p> <p>Faz parte do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Salvador, juntamente com o Ministério Público e a Defensoria Pública.</p> <p>Possui uma equipe técnica pedagógica interdisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Disponibiliza atendimento médico em primeiros socorros com a presença de enfermeira e auxiliar de enfermagem.</p> <p>Faz a triagem dos adolescentes por sexo, idade e tipo de delito cometido. Registra seus dados em prontuários, incluindo os relatórios técnicos elaborados pela equipe técnico-pedagógica e posteriormente os encaminha para o Ministério Público.</p>
Case Brotas	<p>Tem capacidade para atender 40 adolescentes do sexo masculino, acolhendo atualmente onze. Uma equipe tecnopedagógica formada por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos matricula os adolescentes na rede pública de ensino e orienta-os em relação a freqüência e atividade escolar e o seu retorno ao convívio familiar e comunitário, estimulando a construção/reconstrução dos projetos de vida com incorporação dos limites da convivência em sociedade.</p>
Case Feira de Santana	<p>Atende adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (sentenciados) e em internação provisória (aguardando audiência).</p> <p>A execução da medida socioeducativa de internação consiste em um processo socioeducativo dos adolescentes em regime de privação de liberdade. O atendimento socioeducativo inclui: saúde, educação, segurança e profissionalização. Deve ainda promover atividades que possibilitem a reaproximação das famílias e a preservação de seus vínculos, levando-as estas a serem conhecedoras do seu papel na reabilitação dos adolescentes, tanto no período da internação, quanto após o desligamento da unidade operacional.</p> <p>A Case Juiz de Melo Matos/Feira disponibiliza: escolarização realizada em parceria com a rede oficial de ensino; saúde, promovendo ações de saúde integral; profissionalização, disponibilizando cursos de iniciação profissional em oficinas pedagógicas e arte-educação, com a disponibilização de diversas modalidades esportivas. As oficinas pedagógicas e arte-educação atendem atualmente a 16 educandos em serigrafia e 40 em artesanato.</p>
Case Salvador	<p>Atendimento a jovens egressos do programa socioeducativo e às suas famílias, promovendo a sua inserção familiar e comunitária, buscando a superação das dificuldades, proporcionando oportunidades que possibilitem a auto-sustentação, através de atendimento psicológico, social e pedagógico, matrícula em escola, encaminhamento para serviço de saúde, documentação, esporte e cultura, terapia comunitária, inserção no Projeto Escola da Família.</p> <p>Parcerias com órgãos governamentais, entidades privadas e ONG visando inserção no mercado de trabalho, capacitação profissional e complementaridade das ações, como, por exemplo: Senac, Sesi, Liceu de Artes e Ofícios, Museu de Arte Sacra, para cursos de garçom, auxiliar de escritório, informática. Outras parcerias são firmadas com empresas privadas para obtenção de vagas de trabalho como: Minarte, Sky Blue, Solo Fértil, Instituto Oya, Câmara Turismo, Gelo e Cia.</p> <p>O Projeto do Egresso trabalha com a doação de cestas básicas para aqueles jovens e/ou famílias em extrema pobreza e também transfere bolsa de até R\$ 300,00 para aquele jovem e/ou família mais necessitados, por um tempo definido pela situação em que se encontram.</p> <p>Parcerias para complementaridade das ações: Secretaria da Cultura, Biblioteca Central, Sala Walter da Silveira, Secretaria de Educação do Estado - (Topa).</p> <p>Jovens atendidos em 2007: 94</p> <p>Famílias beneficiadas: 64</p> <p>Vagas de trabalho: 17</p>

continua

continuação

ANEXO I

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FUNDAC
BAHIA, 2007

AÇÃO	AÇÕES IMPLANTADAS	CARACTERÍSTICAS
Fazenda A Partilha	Projeto piloto, realizado pela Fundac em parceria com a Fundação Franco Gilbert – FFG, com o intuito de garantir uma oportunidade de educação e reinserção social a adolescentes que tenham praticado infrações aos quais, com fundamento na Lei 8069/90 – ECA, Cap. IV do Título III, tenham sido aplicadas medidas socioeducativas de semiliberdade pelo Juiz competente. O projeto executa o regime de semiliberdade como primeira medida, para os adolescentes que forem beneficiados pelo sistema de progressão e para os que tiverem regressão de medida em meio aberto. Até a presente data foram encaminhados nove adolescentes para a Fazenda A Partilha, sendo que três já foram desligados. Em janeiro de 2008 a Fazenda terá um total de 25 adolescentes em atendimento. O projeto terá capacidade para atendimento de 100 educandos, conforme a necessidade apresentada.	
Programa Empreendedor Popular	Visa promover o fortalecimento familiar, mediante ações integradas, objetivando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, prestando ainda auxílio financeiro.	
Costuraria	Promove qualificação específica por meio de Oficina de Corte e Costura para os egressos do sistema e suas famílias, visando competência formal para o exercício de uma profissão que facilite o ingresso no mercado de trabalho.	
Laboratório de Informática	Inicia os usuários da Cafè nas técnicas de utilização e manutenção de computador, navegação virtual, <i>webdesign</i> e outras atividades relacionadas à área, a serviço da inclusão digital e da cidadania, capacitando e aumentando o poder de empregabilidade desta população.	Treina funcionários da Fundac nas técnicas da computação, contemplando a capacitação continuada prevista no Sinase.
Programa Casa Popular	Possibilitar aos jovens egressos do sistema e suas famílias a aquisição de casa própria ou melhoria habitacional, proporcionando a garantia de um direito fundamental que é a moradia digna.	
Programa Capacitar	Prepara os jovens egressos/família para o mercado de trabalho, ampliando assim as perspectivas de melhoria da qualidade de vida, através da formação profissional.	
Programa Ser Criança	O Programa Ser Criança é uma proposta de trabalho voltada para o desenvolvimento de crianças de 5 a 11 anos que fazem parte do grupo familiar dos adolescentes egressos. Este programa tem uma natureza preventiva no sentido de acolher o público participante, ao passo que oferece oportunidades construtivas de aprendizagem numa tentativa de assimilar comportamentos altruístas.	
Programa Adole-Ser	O Programa Adole-Ser é a sistematização de uma proposta que pretende dar suporte para adolescentes que cumpriam as medidas socioeducativas e seus familiares de mesma faixa-etária. Tal suporte vislumbra a possibilidade de aquisição de conhecimentos que agreguem valor e significado para a vida.	
Programa Agente Jovem Cidadão	O Agente Jovem Cidadão é uma proposta sistemática de trabalho a ser desenvolvida com jovens entre 15 a 17 anos que fazem parte do grupo familiar dos adolescentes egressos do sistema, na tentativa de despertar para o desenvolvimento de práticas sociais construtivas e de valorização da vida. Tal iniciativa corrobora a perspectiva de mudança de comportamento do jovem por intermédio da capacitação e da assistência, percebendo-o como sujeito capaz de contribuir com o desenvolvimento pessoal e coletivo.	
Programa Musicar	A música não é apenas a arte de combinar sons e sim uma agregadora de sentimentos inerentes ao ser humano. Promove a socialização e integração entre pessoas de todas as idades, raças, credos e, em especial, entre seres em desenvolvimento como são os jovens egressos do sistema, parte da clientela deste projeto.	
Programa Drogas Nunca Mais	O projeto Drogas Nunca Mais surge como uma alternativa para tratamento dos jovens egressos do sistema das medidas socioeducativas usuários de substâncias psicoativas em parcerias com clínicas e serviços específicos, extrapolando a fronteira do serviço público e assim atingindo mais rapidamente o objetivo proposto: oportunizar o tratamento da dependência química.	
Projeja	Prevê que o jovem conclua o ensino fundamental com um curso profissionalizante.	
Programa Carteira Assinada	O Programa Carteira Assinada, integrado à Política de Inclusão Social do Governo do Estado, prevê a inclusão no mercado formal de jovens egressos do sistema de 16 a 24 anos de idade e familiares na mesma faixa etária, aliando-se a empresas parceiras comprometidas com a responsabilidade social.	

Fonte: SEDES/ Fundac

ANEXO II

CONSOLIDAÇÃO DO SUAS – AÇÕES DESENVOLVIDAS
BAHIA, 2007

ASSESSORAMENTO AOS MUNICÍPIOS

OBJETIVO	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Orientação para a utilização dos aplicativos da rede SUAS	395
Assessoria técnica para melhoria dos serviços de Proteção Social Especial	161
Orientação para habilitação e/ou sobre solicitação e renovação de habilitações dos municípios no SUAS	417
Visitas técnicas para monitoramento dos serviços	143

ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

EVENTO	OBJETIVO	PÚBLICO	PARTICIPANTES
Palestra	Capacitar os técnicos da SAS sobre o SUAS	Técnicos	100
Seminário	Discutir e elaborar estratégias para implementação do SUAS no Estado.	Gestores, técnicos, conselheiros	1.100
Capacitação regionalizada	Mobilizar os municípios dos territórios do Velho Chico, Extremo Sul e Recôncavo para implementação do SUAS na Bahia.	Gestores, conselheiros e técnicos	275
Curso	Capacitar conselheiros municipais de 22 municípios da região sisaleira para efetivação do controle social da Política de Assistência Social.	Conselheiros municipais	220
Encontro	Assessorar os técnicos do Programa de Atenção Integral à Família – Paif para implantação e implementação do Cras em 119 municípios.	Equipe dos Cras nos municípios	300
Treinamento	Melhorar o desempenho dos municípios identificados no processo de integração dos programas Peti e Bolsa Família.	Técnicos municipais	35
Capacitação	Capacitar os municípios de Camaçari, Livramento de Nossa Senhora, Utinga, Bonito e Cafarnaum para atendimento a idosos.	Gestores, técnicos e usuários	233
Encontro	Promover a convivência e o intercâmbio entre grupos da terceira idade.	Grupos de terceira idade	168
Palestra	Mobilização para implementação da Política para Idosos.	Agentes da Polícia Militar	300
Ciclo de oficinas	Qualificar o controle social da Política de Assistência Social.	Conselheiros Estaduais	19
Encontros	Monitorar os Cras nos territórios. Eventos realizados nos municípios de Irecê, Jacobina, Barreiras, Lengôis, Vila da Conquista, Brumado, Itabuna, Porto Seguro, Jequié, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Senhor do Bonfim.	Gestores, técnicos, conselheiros e usuários	600
Teleconferência	Discutir os desafios para a implementação do SUAS no Estado através da teleconferência “Pacto e Impacto, Assistência Social em Debate”, transmitido ao vivo para toda a Bahia pela TVE.	Gestores, conselheiros, técnicos e usuários	200(*)
Capacitação	Capacitar os educadores dos Centros de Educação Infantil - CEI.	Educadores dos CEI	580
Seminário	Apresentar o Projeto Tecendo Laços.	Usuários	300
Reunião	Qualificar a rede que presta atendimento a crianças e adolescentes em regime de abrigamento.	ONG	40
Reunião ampliada	Qualificar a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado através da Comissão Estadual do Peti - Competi.	Integrantes da Competi	98

continua

continuação

ANEXO II

CONSOLIDAÇÃO DO SUAS – AÇÕES DESENVOLVIDAS
BAHIA, 2007

ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO			
EVENTO	OBJETIVO	PÚBLICO	PARTICIPANTES
Formação	Formar multiplicadores para disseminação da Cultura da Paz nos Centros Sociais Urbanos – CSU.	Agentes sociais	70
Encontro	Construir estratégias para a promoção social dos jovens através do Pró-Jovem.	Jovens	200
Encontro	Fortalecer a articulação institucional para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (área jurídica).	Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	30
ESTUDOS SOBRE AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL			
OBJETIVO	PRODUTO	PARCERIA	MUNICÍPIOS PESQUISADOS
Identificar os tipos de exploração sexual contra crianças e adolescentes junto aos órgãos de defesa.	Dados estão sendo utilizados na elaboração do Guia sobre defesa e responsabilização das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Serão publicados 1.500 exemplares para distribuição junto à rede de proteção.	Cipó	Todos os 417 municípios do Estado.
Identificação dos locais de maior incidência de exploração sexual contra criança e adolescentes.	Mapeamento realizado através da aplicação de 161 questionários junto aos caminhoneiros das BR 324 e 101, que orientarão estratégias de enfrentamento.	Ufba/CRH	Salvador, Feira de Santana, Eunápolis, Itabuna, Itamaraju, Itabela e Mascote.
Identificar as situações geradoras de abrigamento e conhecer as condições de funcionamento de 60 abrigos.	Diagnóstico que orientará ações de proteção de crianças e adolescentes em situação de abrigamento.	Ucsal e Agência Regional de Adoções Internacionais/Itália.	Salvador
Diagnosticar a situação dos serviços de Proteção Social Especial.	O diagnóstico orientará a elaboração de um plano de intervenção destinado à superação dos problemas.		176 municípios

Fonte: SEDES/SAS